

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

TATIANE FREITAS DE SOUSA

**O DISCURSO DA INCLUSÃO DE ATLETAS COM
DEFICIÊNCIA NOS JOGOS PARALÍMPICOS E NO
DESPORTO BRASILEIRO**

POUSO ALEGRE - MG

2014

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

**O DISCURSO DA INCLUSÃO DE ATLETAS COM
DEFICIÊNCIA NOS JOGOS PARALÍMPICOS E NO
DESPORTO BRASILEIRO**

Trabalho de dissertação, desenvolvido por Tatiane Freitas de Sousa, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Eni Pucinelli Orlandi, apresentado à banca de defesa final como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí.

POUSO ALEGRE - MG

2014

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

TATIANE FREITAS DE SOUSA

**O DISCURSO DA INCLUSÃO DE ATLETAS COM
DEFICIÊNCIA NOS JOGOS PARALÍMPICOS E NO
DESPORTO BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso defendido em 28/03/2014 perante banca
examinadora constituída pelos professores:

Professora Doutora Eni P. Orlandi

Orientadora

Professor Doutor Romualdo Dias

Examinador convidado

Professora Doutora Débora Massmann

Examinadora

Professora Doutora Renata C. B. Barros

Examinadora Suplente

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Prof. Dr. José Venícius de Sousa.
Meu orgulho de vida e exemplo de dedicação
aos estudos.

A minha mãe Marisa, meus irmãos Tobias e
Thais, meus sobrinhos Davi, Heitor e Maitê.

Ao meu noivo Carlos. Pela paciência, apoio e
motivação.

Graças a vocês mais esta conquista em minha
vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre estar ao meu lado em todos os momentos de minha vida. Agradeço por me mostrar que sou protegida, guiada e iluminada pela sua presença divina no mais íntimo do meu ser. Obrigada, meu Deus, pela minha família, pelos meus amigos, pela minha vida e por todas as pessoas que fazem parte da minha história.

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Eni Orlandi, riqueza incomparável e insubstituível em Análise do Discurso no Brasil. Uma pessoa amiga, dedicada, competente e sempre com ideias importantes e contribuições significativas, o que fez muita diferença neste trabalho. Obrigada por ter aceito o convite em ser minha orientadora me dando orgulho em tê-la nesta pesquisa e pela paciência durante a elaboração desta dissertação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem - UNIVÁS pelos sábios ensinamentos que contribuíram para a conclusão do mestrado. Em especial aos Professores Doutores Ana Cláudia Fernandes Ferreira, Caciane Souza de Medeiros, Débora Raquel Hettwer Massmann, Greciely Cristina da Costa, Joelma Pereira de Faria, Juliana Santana Cavallari, Maria Onice Payer, Renata C. Bianchi de Barros, Ronaldo Teixeira Martins e Telma Domingues da Silva.

A todos os meus amigos que conheci durante o curso, em especial minha amiga Patrícia de Campos Lopes, pelo carinho e companheirismo durante os trabalhos desenvolvidos no decorrer do curso. Que nossa amizade seja cultivada, assim como nossas pesquisas.

Minha amiga de trabalho Rita de Cássia Pizzoqueiro Leite, pela amizade sincera, carinho e motivação. Obrigada por ter me dado tanta força e acreditar em meu trabalho. Obrigada pelos elogios que, com certeza, contribuíram para enriquecer esta pesquisa e minha profissão.

A todos de minha família pela paciência e dedicação. Em especial, minha Vó Conceição pelo amor e carinho que sempre me ofereceu através de suas belas palavras e gestos. Obrigada vizinha pelas suas orações de muita fé e devoção.

A todos os funcionários da biblioteca e secretaria que sempre estiveram à disposição para ajudar no decorrer desta jornada.

"Há homens que lutam por um dia e são bons; há outros que lutam por um ano e são melhores; há outros, ainda que lutam por muitos anos e são muito bons; há, porém, os que lutam por toda a vida, estes são os imprescindíveis." (Bertold Brecht)

SOUSA, Tatiane Freitas de. **O Discurso da Inclusão de Atletas com Deficiência nos Jogos Paralímpicos e no Desporto Brasileiro** / Tatiane Freitas de Sousa. 2013. Dissertação de Mestrado – Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2013.

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar o discurso da inclusão de atletas com deficiência nos jogos paralímpicos. Os jogos paralímpicos vêm crescendo e se destacando cada vez mais em nosso país e por isso tomamos, como objeto de estudo, os sentidos da inclusão dos atletas com deficiência no desporto brasileiro. Desse modo, a partir do estudo do discurso da inclusão, procuramos identificar as falhas encontradas desde a falta de formação dos profissionais de educação física até o espaço e seus acessos significativos. Apresentaremos, durante a pesquisa, algumas modalidades paralímpicas disputadas no Rio 2007 e a análise do Manual de treinamento Parapan Rio 2007, do qual participamos como voluntária. Dentre novas discursividades sobre a inclusão, uma coletânea de fotos sobre espaço, acesso e Vila Paralímpica Rio 2007 também serão analisadas neste trabalho.

Palavras-chave: Educação Física. Inclusão. Análise de Discurso. Deficiente. Atletas. Esporte. Jogos Paralímpicos. Acessibilidade. Espaço.

SOUSA, Tatiane Freitas. **The Discourse of Inclusion of Athletes with Disabilities in the Paralympic Games and the Brazilian Sports** / Tatiane de Sousa Freitas. 2013. Master Thesis - Master's Degree in Language Sciences, University of Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2014.

ABSTRACT

This research analyzes the discourse of inclusion of disabled athletes in paralympic games. The Paralympic Games are starting to grow and stand out in our country and therefore we chose the meanings of inclusion of disabled athletes in the sport in Brazil as an object of study. Thereby from the study of the discourse of inclusion, we tried to identify the flaws found since the lack of training of physical education professionals to its significant space and access. It will be presented during the research, some Paralympic sports played in Rio 2007 the Parapan Rio 2007 training manual analysis, in which we participated as a volunteer. Among new discourses on inclusion, a collection of photos about space, access and Rio 2007 Paralympic Village will also be analyzed in this work.

Keywords: Physical Education. Inclusion. Discourse Analysis. Deficient. Athletes. Sport. Paralympic Games. Accessibility. Space.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	12
2 – JOGOS PARALÍMPICOS	16
2.1 – Os Jogos Paralímpicos	16
2.2 – Jogos Parapan-Americanos de 2007.....	18
2.3 – Modalidades paralímpicas disputadas no Rio 2007.....	20
2.4 – Os jogos paralímpicos Rio 2016.....	21
2.5 – Alguns exemplos de falta de acessibilidade.....	23
2.6 – A Inclusão de atletas com deficiência no Esporte: pensando discursivamente.....	34
3 – FORMAÇÃO DISCURSIVA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA VISANDO A INCLUSÃO DO ATLETA/ALUNO COM DEFICIÊNCIA	44
3.1 – A Análise.....	45
3.2 – O Respeito às Pessoas com Deficiência.....	49
3.3 – O Preparo/A formação do Profissional de Educação Física em relação aos atletas/alunos com deficiência.....	58
3.4 – Viva Essa Energia. A Música que Contagia.....	62

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....67

REFERÊNCIAS.....71

1 – INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o discurso da inclusão de atletas com deficiência nos jogos paralímpicos, uma vez que, mesmo com muitas impossibilidades decorrentes de suas deficiências, os atletas também mostram suas vontades e sentidos através do seu próprio corpo. A falta de um conhecimento desse fato por muitos atletas e preparadores físicos faz com que as atividades esportivas sejam menos praticadas do que deveriam por estes atletas.

Assim, partindo da hipótese de que a sociedade tem se desenvolvido em seu modo de pensar e de se relacionar com as pessoas com deficiência, e que cada vez mais estes estão sendo considerados na sociedade e no meio esportivo, a presente pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento e entendimento dos sentidos em torno do discurso da inclusão dos atletas com deficiência em jogos paralímpicos.

Os jogos paralímpicos são conhecidos como grande evento internacional com vários esportes onde milhares de atletas de diversos países participam de competições. Atualmente, os jogos são realizados de quatro em quatro anos e em cada olimpíada um país fica responsável por toda a organização.

A organização destes jogos envolve toda uma equipe de profissionais de diversas áreas. Todo o espaço físico deve ser preparado tanto para receber atletas olímpicos quanto atletas paralímpicos. Geralmente os jogos paralímpicos acontecem de 15 a 30 dias após os jogos olímpicos. Tempo necessário para fazer algumas adaptações no espaço físico para receber atletas dos jogos paralímpicos, de tal modo que, muitas vezes, este espaço deixa a desejar, pois não há uma estrutura especialmente feita para eles, mas adaptações realizadas

nos locais do evento de acordo com as necessidades dos sujeitos, tratados assim de modo improvisado.

É fato que a inclusão de atletas com deficiência vem crescendo cada vez mais nas parolimpíadas. Antigamente, os jogos olímpicos eram direcionados apenas para atletas perfeitos, sem qualquer tipo de deficiência, pois não havia o discurso da inclusão, como atualmente, aceitação, conhecimento de estruturação física do local da prática esportiva e condição da acessibilidade. Hoje, também uma questão de Direitos Humanos que vem ganhando espaço no que diz respeito às Políticas Públicas Nacionais e Internacionais.

É importante ressaltar que a acessibilidade, quando se trata de pensar as condições do atleta com deficiência, é de grande importância, ao se visar à chamada inclusão da pessoa deficiente nos jogos paraolímpicos, pois o acesso é o primeiro passo e o mais importante. É ele que liga o atleta/aluno ao esporte. É ele que deve abrir o caminho para o desporto.

Alguns sentidos e características dos Jogos

Os jogos, desde a antiguidade clássica, são uma manifestação do ideal de perfeição, ou seja, corpo humano perfeito e de grande beleza.

Originalmente, os Jogos Olímpicos da Antiguidade foram realizados em Olímpia, na Grécia, do século VIII a.C. ao século V d.C. No século XIX, o Barão Pierre de Coubertin, um Francês historiador e pedagogo, fundou o Comitê Olímpico Internacional (COI) em 1894. O COI se tornou o órgão dirigente do Movimento Olímpico, cuja estrutura e as ações são definidas pela Carta Olímpica.

A evolução do Movimento Olímpico durante o século XX obrigou o COI a adaptar os Jogos para o mundo da mudança das circunstâncias sociais. Alguns destes ajustes incluíram a criação dos Jogos de Inverno para esportes do gelo e da neve, os Jogos Paralímpicos de atletas com deficiência física e visual (atualmente atletas com deficiência intelectual e

auditiva não participam) e os Jogos Olímpicos da Juventude para atletas adolescentes. O COI também teve de levar em conta, nos Jogos, as diferentes variáveis econômicas, políticas e realidades tecnológicas do século XX. E o que fez foi acomodar. Como resultado, os Jogos Olímpicos se afastaram do amadorismo puro, como imaginado por Coubertin, para permitir a participação de atletas profissionais. A crescente importância dos meios de comunicação gerou a questão do patrocínio corporativo e a comercialização dos Jogos.

O Movimento Olímpico é atualmente composto por federações esportivas internacionais, comitês olímpicos nacionais (CONs) e comissões organizadoras de cada especificidade dos Jogos Olímpicos. Como órgão de decisão, o COI é responsável por escolher a cidade anfitriã para cada edição. A cidade anfitriã é responsável pela organização e financiamento à celebração dos Jogos coerentes com a Carta Olímpica. O programa olímpico, que consiste no esporte que será disputado a cada Jogos Olímpicos, podendo variar de uma ano para o outro, também é determinado pelo COI. A celebração dos Jogos abrange muitos rituais e símbolos, como a tocha e a bandeira olímpica, bem como as cerimônias de abertura e encerramento. Existem mais de 10.000 atletas que competem nos Jogos Olímpicos em 33 diferentes modalidades esportivas, e aproximadamente 4.200 atletas que competem nos Jogos Paralímpicos e em 28 diferentes modalidades esportivas. Os finalistas do primeiro, segundo e terceiro lugar de cada evento recebem medalhas olímpicas de ouro, prata ou bronze, respectivamente.

Os Jogos têm crescido em escala, a ponto de quase todas as nações serem representadas. Tal crescimento tem criado inúmeros desafios, incluindo boicotes, doping, corrupção de agentes públicos e terrorismo. A cada dois anos, os Jogos Olímpicos e sua exposição à mídia pelos meios de comunicação proporcionam a atletas desconhecidos a chance de alcançar fama nacional e, em casos especiais, a fama internacional. Os Jogos

também constituem uma oportunidade importante para a cidade e o país se promover e mostrar-se para o mundo.

Os jogos paralímpicos surgiram em 1960, realizados pela primeira vez em Roma, Itália. O Brasil estreou em 1976 e conquistou sua primeira medalha na edição seguinte, conforme veremos no decorrer deste trabalho, quando discutiremos a história destes jogos.

Esperamos que esta pesquisa seja relevante na leitura de todos, pois, através dela, procuramos mostrar como as paralimpíadas têm maior significado e reconhecimento. Esperamos que as pessoas poderão, assim, entender melhor o porquê da necessidade reconhecida do que deve ser a inclusão destes atletas nos jogos paralímpicos em todo mundo.

2 – JOGOS PARALÍMPICOS

2.1 – Os Jogos Paralímpicos

O termo Paralimpíadas vem de “para”, que significa “paralelo”, ou seja, uma competição que ocorre paralelamente aos Jogos Olímpicos. Muitas pessoas confundem este “para” como sendo de paraplégico, o que é extremamente errado, pois nas competições encontram-se cegos, surdos, pessoas com problemas motores (não paraplégicos), enfim, vários tipos de deficiência.

Os Jogos Paralímpicos, que envolvem pessoas com deficiência, vêm sendo dos maiores eventos esportivos mundiais. Há a presença de atletas com deficiências físicas (de mobilidade, amputações, cegueira ou paralisia cerebral), além de deficientes mentais. Foi realizado pela primeira vez em 1960, em Roma, Itália. Têm sua origem em Stoke Mandeville, na Inglaterra, onde ocorreram as primeiras competições esportivas para deficientes físicos, como forma de reabilitar militares atingidos na Segunda Guerra Mundial. Portanto, com objetivo bem definido e não aberto para toda a população, só os militares: recuperação.

Importante ressaltar que no Brasil, desde o império (1822 – 1889), a Educação Física esteve presente, estreitamente vinculada às instituições militares e à classe médica. Esses vínculos foram determinantes, tanto no que diz respeito à concepção de disciplina e suas finalidades, quanto ao seu campo de atuação e à forma de ser aplicada (CASTELLANI FILHO, 1988, p.14).

Pensando discursivamente, podemos dizer que temos aí a formação discursiva dominante como sendo a que envolve a recuperação de militares mutilados na prática da guerra. Assim, não podemos deixar de apontar para estas condições de produção que envolvem a Segunda Guerra Mundial, como aquela em que se dá a constituição dos jogos

paralímpicos, onde ocorrem as primeiras competições esportivas para pessoas com deficiência. E resta a questão, será que podemos chamar de “esportivas”, como significa para todo o esporte, estas competições. Não é menos interessante observarmos outros elementos que fazem parte destas condições de produção, sociais, da época: este culto ao corpo atlético, o higienismo etc.

Para Gonçalves (2004), o corpo é tratado como algo mau, de que somos míseros escravos: o corpo com suas inclinações e paixões contamina a pureza da alma racional, impedindo-a de contemplar as ideias perfeitas e eternas. Platão, em seus últimos escritos, já não atribuía um papel tão negativo ao corpo, admitindo que o seu exercício poderia ser benéfico para a alma.

Pelo fato de o exercício físico trazer um enorme benefício para a alma, o esporte passou a ser praticado também por pessoas com deficiência. Contudo, aconteceu um rápido crescimento no movimento paraolímpico devido ao sucesso das primeiras competições que, em 1976, já contavam com quarenta países. A partir daí, neste mesmo ano, foi realizada a primeira edição dos Jogos de Inverno contando com a participação de mais pessoas com deficiência e com a possibilidade de praticarem esportes em alto nível.

Em 1992, os Jogos de Barcelona representaram um marco para o evento. Pela primeira vez, os comitês organizadores dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos trabalharam juntos, ou melhor, uniram-se. O apoio do Comitê Olímpico Internacional após os Jogos de Seul, em 1988 proporcionou à fundação, em 1989, do Comitê Paralímpico Internacional. Desde então os dois órgãos desenvolvem ações conjuntas visando ao desenvolvimento do esporte para deficientes (LOPES, 2012, p.24). Esta união, esta formação de uma unidade, é fundamental para pensarmos a história do desenvolvimento dos jogos paralímpicos. A partir de então, coloca-se a questão de como esta relação se dá, se ela produz uma unidade real, ou se mantém a diferença em outro lugar. E, se mantiver, como o faz.

Os Jogos Paralímpicos são compostos por vinte e oito modalidades, sendo que vinte e cinco já foram disputadas, duas irão estreiar na edição de 2016 (como bocha e futebol de cinco) e uma (goalball) não tem previsão para a inclusão.

Menciona Lopes (2012, p.25) que ao longo da história, diversos atletas com deficiência física participaram de edições dos Jogos Olímpicos, tendo conseguido resultados expressivos. O único caso registrado de atleta profissional que fez o caminho inverso, ou seja, competiu primeiro em Jogos Olímpicos e depois em Jogos Paralímpicos, é o do esgrimista húngaro Pál Szekeres, que conquistou uma medalha de bronze em 1988 e, após os Jogos, sofreu um acidente de carro que o deixou paraplégico. Szekeres já participou de cinco Jogos Paralímpicos.

O Brasil estreou em 1976 e tem conseguido destaque nas últimas edições dos Jogos Paralímpicos e na edição seguinte conquistou sua primeira medalha. Em 2008, pela primeira vez encerrou uma edição entre os dez primeiros no quadro de medalhas, ficando em nono lugar com 47 medalhas. Os nadadores Clodoaldo Silva e Daniel Dias e os corredores Lucas Prado, Ádria Santos e Terezinha Guilhermina são alguns dos destaques para-esportivos do país (LOPES, 2012, p.25).

2.2 – Jogos Parapan-Americanos de 2007

Os Jogos Parapan-Americanos aconteceram no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro entre 12 e 19 de agosto de 2007. Foi um evento multiesportivo para pessoas com deficiências, organizado pelo Comitê Organizador do Rio (CO-Rio) em parceria com o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Participaram deste evento esportivo aproximadamente 1.300 atletas de 26 países do continente americano, disputando 10 modalidades esportivas.

A escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede foi devido se dispor a realizar, nos mesmos locais de competições dos Jogos Pan-Americanos, os Jogos Parapan-Americanos. Tornando-se assim, das três edições oficiais consideradas pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC), a primeira cidade a realizar os Jogos (Parapan e Pan) na mesma cidade.

Com o compromisso da realização de dois eventos em sequência, o Comitê Organizador do Rio (CO-Rio) preocupou-se em aplicar, nas obras das instalações esportivas e na Vila Pan-Americana, todas as normas de acessibilidade aos locais de provas (instalações de rampas e apoios nos banheiros dos apartamentos, sinalizações em braile e sintetizadores de voz em computadores do cyber café da Vila).

Mas, como voluntária dos Jogos Pan e Parapan Rio 2007, não posso deixar de ressaltar algumas observações que fiz em relação ao espaço físico da Vila Olímpica, local onde trabalhei por quase 60 dias como assistente de cerimônia e assistente de passe. A primeira observação que fiz foi a respeito de uma rampa improvisada por madeira ligando a praça da vila onde se localizavam as lojas, correio, cinema, academia, igreja e sauna aos prédios onde descansavam.

Observei também que a parte de lazer da Vila Olímpica não possuía acesso apropriado para os deficientes. Pude analisar que quase todo o espaço físico foi preparado para os atletas do Pan e não especificamente para os atletas do Parapan. A falta de voluntários para trabalharem no Parapan também me chamou a atenção. A maioria dos voluntários apenas se interessou pelo Pan. Aquela Vila, lotada de voluntários, não se via mais após o término dos jogos do Pan. Eu, como participei dos dois eventos, obtive uma visão maior sobre a falta de interesse por parte dos voluntários e até mesmo da organização pelos jogos do Parapan, no que diz respeito à falta de estrutura.

Portanto, o fato de se realizarem na mesma cidade, não acrescentou muito às condições em que se realizou o Parapan. Só deu maior espaço para a publicidade da

união/igualdade entre eles, e criou a imagem de um cuidado específico com o Parapan, que, na realidade, não se cumpriu.

2.3 --Modalidades paralímpicas disputadas no Rio 2007

Os esportes paralímpicos têm grande semelhança com os seus correspondentes olímpicos. Elencaremos, a seguir, as principais características dos 10 esportes que integraram o programa dos Jogos Parapan-Americanos Rio 2007:

Atletismo — Encontramos participando desta modalidade atletas com deficiência física e deficiência visual. Há provas de pista e de campo (salto, arremesso e lançamento). As provas têm especificidades de acordo com a deficiência dos competidores: na corrida, por exemplo, o atleta cego é acompanhado por um guia, e ambos são unidos por uma corda.

Basquetebol em cadeira de rodas — Acontece somente com atletas com deficiência físico-motora, sob as regras adaptadas da Federação Internacional de Basquete (FIBA).

Futebol de 5 — Disputado por cegos e apenas o goleiro tem visão. Acontece em uma quadra de futsal adaptada e a bola tem um guizo para orientação dos jogadores.

Futebol de 7 — Disputado por paralisados cerebrais, em um campo de 55x77 m. Há uma pessoa atrás do gol adversário, tanto no de cinco como no de sete, que orienta verbalmente a direção dos atletas indicando a melhor hora para o chute.

Levantamento de peso — Praticado por atletas portadores de deficiência física. Competem deitados durante suas tentativas.

Judô — Um esporte de cegos e pessoas de baixa visão. Mesmas regras da modalidade convencional.

Natação — Atletas com deficiência física e visual. As competições vão de 50 m a 400 m, nos quatro estilos (livre, peito, costas e borboleta) além das provas de medley e revezamento

(livre e medley). Os nadadores cegos recebem um aviso, por meio de um bastão com uma ponta de espuma, quando estão se aproximando das bordas (nas viradas e nas chegadas).

Tênis de mesa — As competições estão divididas basicamente entre atletas que competem em pé e os que o fazem em cadeiras de rodas. Os jogos podem ser individuais e em duplas. Participam competidores com paralisia cerebral, amputados e usuários de cadeira de rodas.

Tênis em cadeira de rodas — Difere do convencional basicamente em relação ao quique da bola, que pode ser duplo.

Voleibol sentado — Praticado por atletas com deficiência física que jogam sentados na quadra. A altura da rede é inferior ao esporte convencional. A quadra é menor do que a convencional (10x6 m contra 18x9 m) e o saque pode ser bloqueado. O Atleta não pode levantar o quadril do chão, caso isso ocorra será considerada falta.

2.4 – Os jogos paralímpicos Rio 2016

No ano de 2016, a cidade do Rio de Janeiro sediará os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. O maior evento esportivo do planeta terá lugar na América do Sul pela primeira vez na história. A vitória do Rio de Janeiro foi a coroação maior de uma trajetória de conquistas, mas, acima de tudo, o início de uma caminhada de grandes oportunidades e desafios.

A organização deste grandioso evento terá mais de 100 mil pessoas envolvidas diretamente na organização, sendo 70 mil voluntários e milhões impactados na cidade, no país e no continente. Estima-se a espera por mais de 4.200 atletas paralímpicos de cerca de 150 nações ao redor do mundo, além de milhares de profissionais de imprensa, de apoio, apaixonados pelo esporte, e turistas de todos os cantos do mundo.

Além de toda a estrutura envolvida, os Jogos Paralímpicos devem deixar – segundo as expectativas dos que pretendem mudanças na relação entre o esporte olímpico e paralímpico - um legado de acessibilidade, mudança de mentalidade e novas escolas de esportes Paralímpicos. A acessibilidade, a que se refere, significa permitir que pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida participem de atividades esportivas visando sua adaptação, locomoção e integração eliminando todas as barreiras encontradas.

Como se vê, este discurso, liberal, que se presta à publicidade e ao mercado, é dos mais presentes no discurso sobre os jogos paralímpicos. E é este sentido que vai impregnando o que é inclusão, acessibilidade, significando, ao mesmo tempo, o que é a pessoa com deficiência na relação com os jogos. Dessa forma, falar sobre os jogos paralímpicos é falar sobre o próprio sujeito em sua deficiência.

A ABNT NBR 9050 define acessibilidade como sendo a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. A norma brasileira relata que a palavra acessível se refere ao espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. Este termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

Para Nena Gonzalez e Sheyla Mattos (2012):

acessibilidade são as condições e possibilidades de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações públicas, privadas e particulares, seus espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, proporcionando a maior independência possível e dando ao cidadão deficiente ou àqueles com dificuldade de locomoção, o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar, seja no trabalho, estudo ou lazer, o que ajudará e levará à reinserção na sociedade.

As autoras ainda relatam que este ainda é um grande desafio, uma constante maratona. E além das barreiras físicas presentes existem outras psicossociais que são inerentes às

questões da pessoa com deficiência e que necessitam ser removidas: o preconceito, a ignorância e o medo. (http://www.novoser.org.br/instit_info_acess.htm, Instituto Novo Ser)

Se pensarmos discursivamente, ou seja, incluindo a possibilidade de produção de diferentes sentidos no processo de significação em que se sustenta a noção de acessibilidade, podemos dizer, com E. Orlandi (2013), que a acessibilidade pode se ressignificar através de duas afirmações: uma, feita por Orlandi (idem), a da possibilidade de constituir outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares na formação social e, também, como diz Rolnik (1997), a de constituir outras posições para que territórios de existência possam ganhar corpo. O que nos leva a compreender a acessibilidade não apenas como feitura de rampas improvisadas, mas como mudança no modo de significar os indivíduos (outras posições sujeitos) que possam ganhar corpo no corpo social e ascender a sujeitos históricos com acessibilidade política aos seus modos de vida.

2.5 – Alguns exemplos de falta de acessibilidade

A ausência de acessibilidade, mesmo só física, ainda é um fato que deixa a desejar em muitos lugares o que dificulta a locomoção de pessoa com necessidades especiais em vários lugares públicos. O sentido de acessibilidade vem sendo apresentado de diferentes formas e significando cada dia mais em relação a questões direcionadas ao acesso em nosso país.

Para Massmann (2013):

o modo como o sentido de acessibilidade vem sendo construído na sociedade contemporânea aponta para um deslocamento semântico à medida que coloca em funcionamento não só a questão do acesso de pessoas com deficiência a produtos e serviços do espaço urbano físico, mas também à medida que possibilita o acesso ao uso de aplicativos, redes e sistemas de comunicação e informação da era digital a todas as parcelas da população. Este deslocamento de sentido nos leva, pois, a pensar na acessibilidade tecnológica em conformidade com os pressupostos da sociedade da informação em rede.

A revista Tema em sua edição 199 relata a acessibilidade tecnológica, termo proposto pela ONU, na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, colocando-a como uma questão de Direitos Humanos, significando para o aluno/atleta

não só o direito de acessar a rede de informações, mas também o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação das informações em formatos alternativos (Revista Tema, 2009, s/p).

A seguir, algumas figuras demonstrativas do que deve ser adequado de acordo com a norma ABNT que regulamenta a construção civil no que tange a acessibilidade no espaço.

(figuras cedidas por Dr. Fabrício Nigro – IBDD Costa Verde)



A calçada com vegetação é ainda encontrada, em construções antigas, em algumas vias de pedestre na área urbana. A falta de manutenção, calçadas danificadas e pisos rachados também são comuns. Tudo isso faz com que a locomoção de pessoas com necessidades especiais, principalmente cadeirantes, seja prejudicada. Não se pode esquecer também das inclinações encontradas na via de locomoção.



Muitas instituições, principalmente órgãos públicos, não possuem acesso adequado. Escadas continuam ocupando lugares no meio de locomoção. A falta de rampas para facilitar o deslocamento de pessoas com necessidades especiais é comum em muitos lugares.

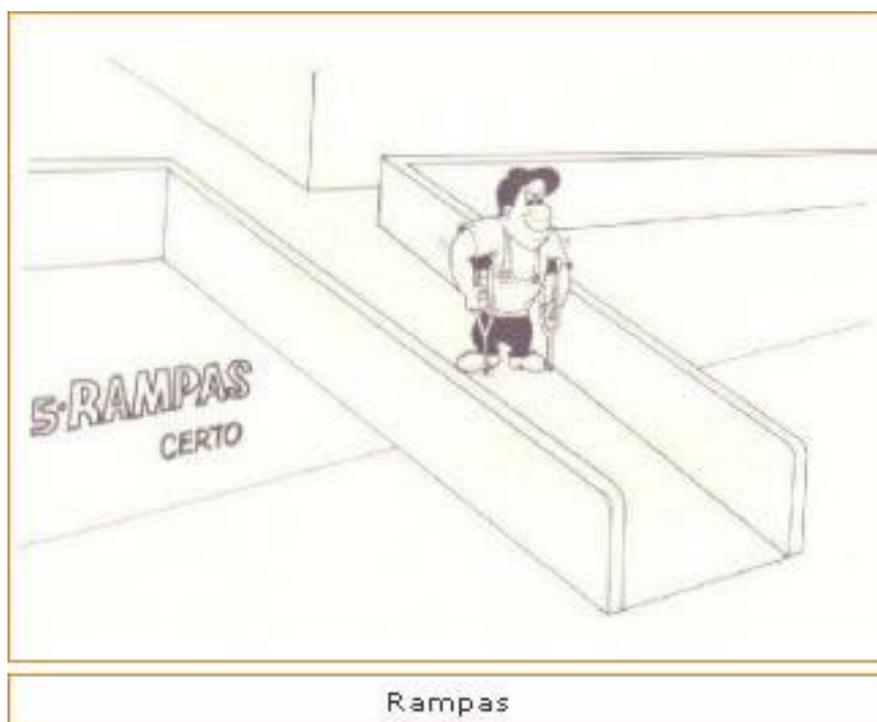


Os mobiliários urbanos como bancas de jornal, cestos de lixo, placas de orientação devem ser colocados de forma adequada para facilitar a vida dos cadeirantes tornando-os assim mais independentes para tomar decisões no espaço.



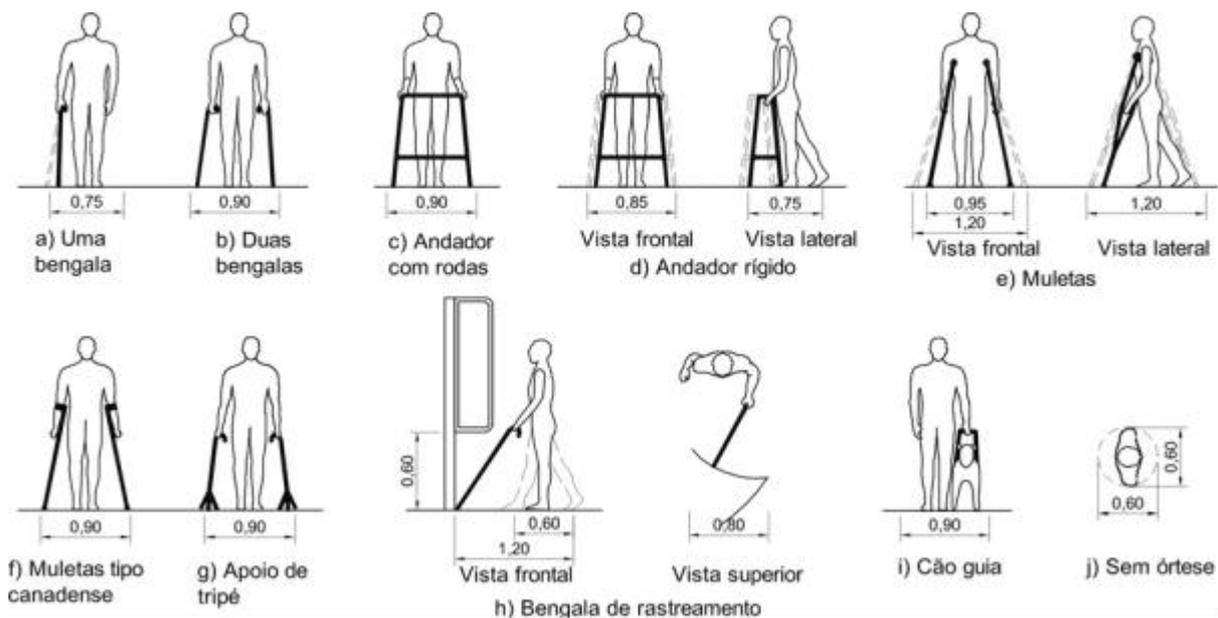
Muitos lugares público, de grande fluxo, não possuem rampa de acesso para pessoas com necessidades especiais. O que falta para essas pessoas responsáveis pelas elaborações de projetos de infraestrutura entenderem que o acesso é um direito de todos? Informação/Formação/Conhecimento ou Conscientização? Bom, uma pergunta que muitos não conseguem explicar, ou melhor, não querem explicar. Na verdade, a relação das pessoas “responsáveis” não se dá com o sujeito que é considerado como pessoa deficiente, mas com o discurso de consenso que fala sobre rampas e acessos, sem significar realmente este sujeito como um sujeito social, parte da sociedade envolvente.

A seguir um modelo de rampa de forma adequada para facilitar a locomoção. A rampa não está muito inclinada e, aparentemente, possui uma largura de aparência segura para locomoção de um cadeirante.



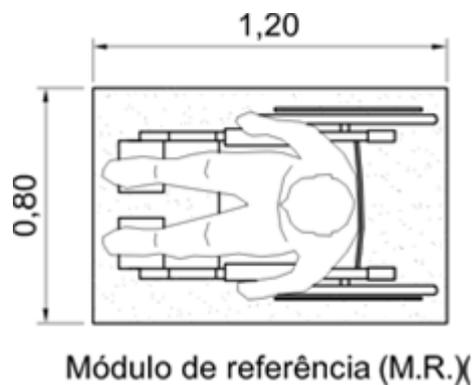
De acordo com a ABNT, os parâmetros antropométricos adequados para rampas e lugares acessíveis para pessoas com necessidades especiais são:

- Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé:

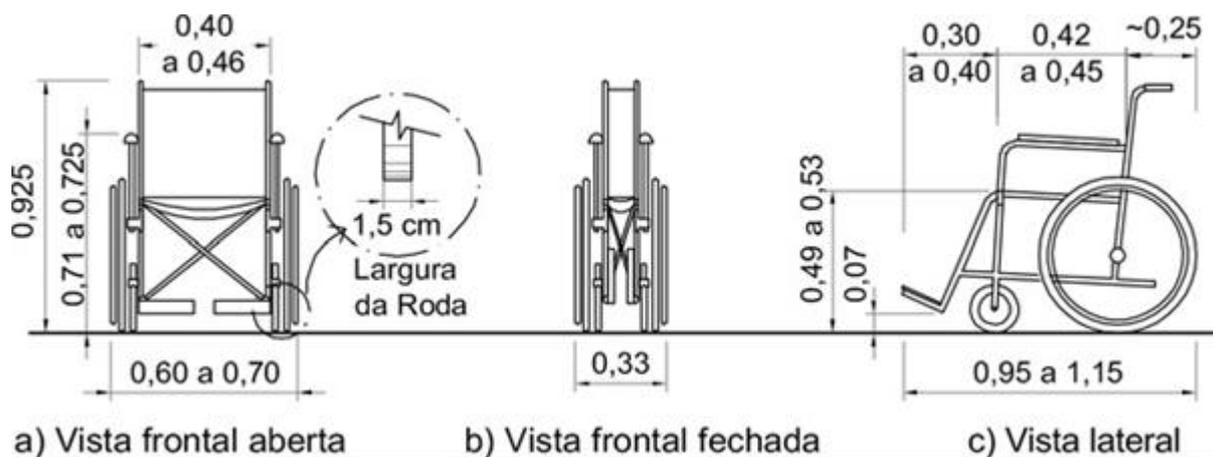


- Pessoas em cadeiras de rodas:

Para pessoa que se desloca em cadeiras de rodas, a norma considera-se o módulo de referência a projeção de 0,80 m por 1,20 m no piso.



- Dimensões para cadeiras de rodas manuais ou motorizadas:

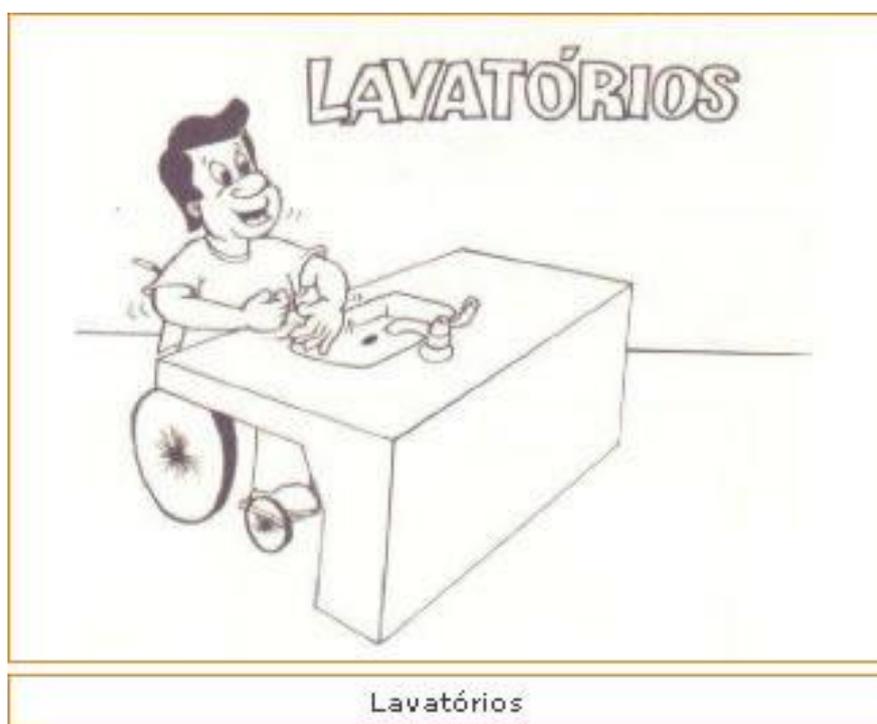


Vasos sanitários, portas, espelho inclinado, pia, interruptor, etc., em espaço público como rodoviárias, aeroportos, restaurantes, bares, bancos, escolas, enfim em todos os lugares deverão ser adaptados para oferecerem todo o conforto e facilidade de acesso e uso as pessoas com necessidades especiais.

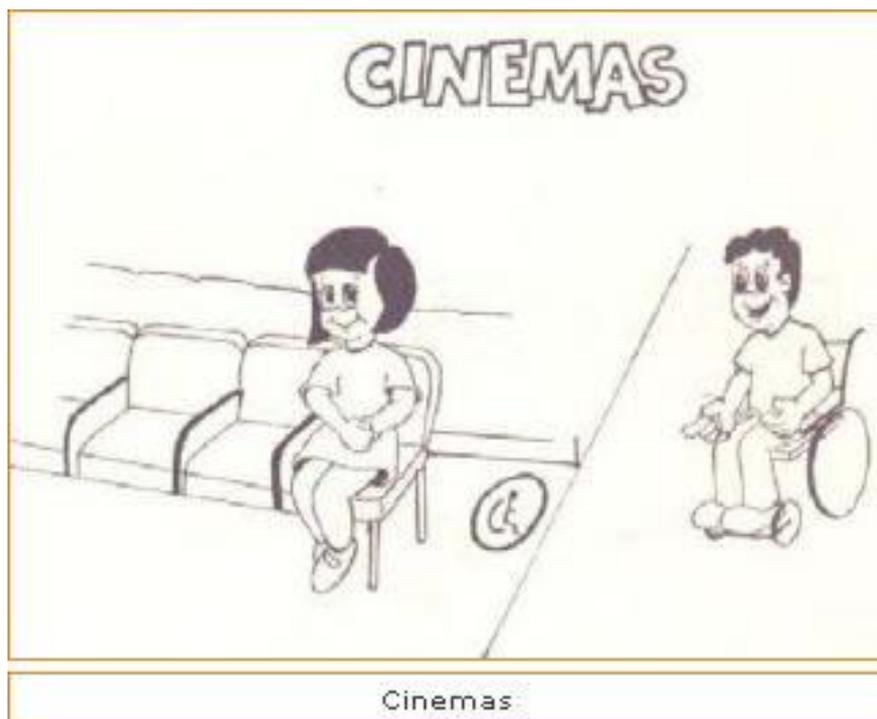


Assim como os vasos sanitários, lavatórios também deverão ser de fácil acesso e comodidade fazendo com que o aluno/atleta realize todas as suas necessidades de forma

tranquila sem haver constrangimento. Este é um dever e direito de todos. Este é o discurso jurídico, o dos direitos e deveres do cidadão. Mas ele é só repetido, sem realmente fazer sentido para os que os enunciam automaticamente.

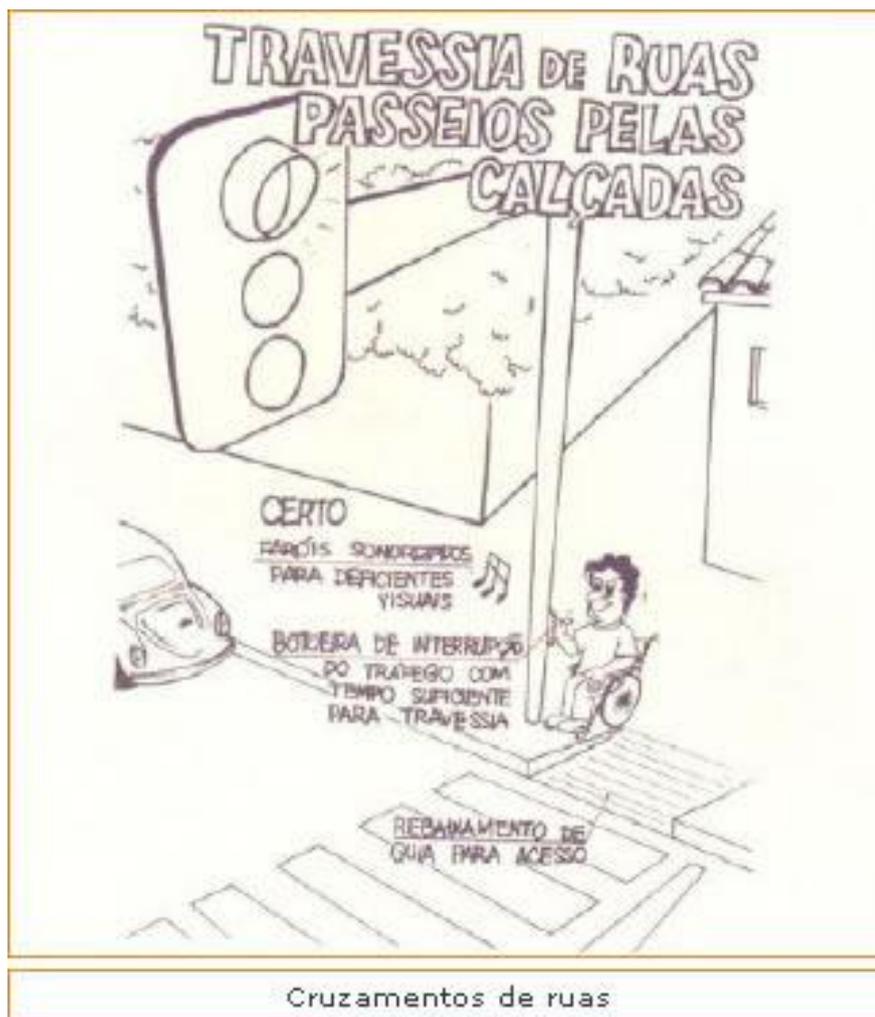


Pode-se observar que hoje é possível encontrar muitas pessoas com necessidades especiais sozinhas em lugares públicos, ou seja, totalmente independentes para realizar todas as suas vontades e necessidades. O acesso adequado facilita a locomoção desses sujeitos seja segura e sem obstáculos o que contribui para a melhora de sua autoestima em exercício de sua cidadania. Pode-se observar que em alguns bancos, restaurantes, shoppings, cinemas já possuem um lugar apropriado para os cadeirantes. Em cinemas, o espaço preferencial é reservado na frente das filas em um lugar de rápido e fácil acesso.



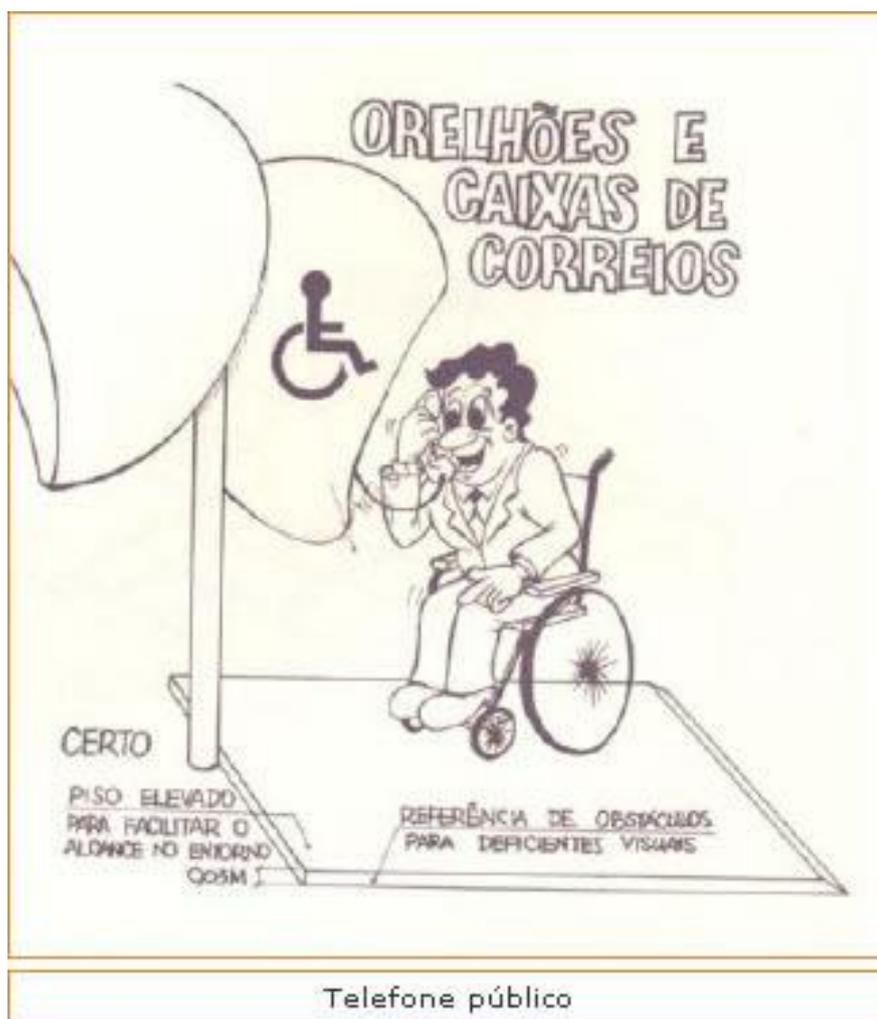
Como relata a Declaração dos Direitos Humanos de Viena (Unesco, 1993, p.06) “haverá que prestar atenção especial para garantir a não discriminação e o gozo, em termos de igualdade, de todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais por parte de pessoas com deficiência, incluindo a sua participação ativa em todos os aspectos da vida em sociedade”.

A figura a seguir demonstra a forma adequada de como deve ser a travessia de ruas e passeios pelas calçadas. Pode-se observar um movimento de sentidos em relação ao que seria acessível para pessoas com deficiências se locomoverem nas ruas e calçadas, como diz Massmann (2013, p.06) “sentidos que se deslocam, neste caso, da adequação em direção à acessibilidade”.



O telefone público deve sempre estar de fácil acesso para os cadeirantes. Mas não é a realidade encontrada nos pontos de orelhões. Há a falta de pisos elevados para facilitar o acesso em muitos lugares no meio urbano o que dificulta a locomoção dos cadeirantes. De acordo com Massmann (2013, p.04) “a palavra acessibilidade ganha visibilidade, inicialmente, associada às áreas técnicas sobretudo em Engenharia e Arquitetura em que espaços e artefatos devem ser projetados de modo a estar ao alcance de todos os sujeitos”, ou seja, o espaço deveria estar projetado ao alcance de todos mas, como citado acima, há muitos lugares sem projetos apropriados para atletas/alunos com necessidades especiais e em alguns lugares encontram-se apenas adaptações, o que não afasta a hipótese de exclusão física. É

preciso conscientizar órgãos responsáveis pelas áreas urbanas de que o acesso deve ser livre e utilizado por todos, independentemente de suas necessidades físicas ou fisiológicas, pois a lei atual, para aprovação de edificações, não libera o alvará de funcionamento do estabelecimento (comércio ou público) caso este não esteja adequado às normas de acessibilidade.



Como vemos, há um investimento das políticas públicas, em termos da administração do espaço urbano, que trata a questão da acessibilidade em termos físicos empíricos e não

significativos mais amplos, como anunciamos na redefinição de acessibilidade citada acima feita por E. Orlandi (2013).

Para compreender a relevância dessas iniciativas que exemplificamos com estas figuras, podemos pensar, brevemente, a questão do espaço. Como teria dito por pesquisadores, sobretudo geógrafos e analistas de discurso, o espaço é sempre espaço de significação, ou seja, ele se presta a significar tanto os sujeitos que os habitam assim como também estes sujeitos significam com sua presença, este espaço.

Ao não ser considerado, nas condições em que o espaço em que este sujeito circula, ele é significado automaticamente por este espaço como não fazendo parte dele, logo este sujeito acaba por ser significado e excluído.

Para Massmann (2013):

a sociedade e suas instituições (Estado, escola, organizações, etc.) empenham-se assim em tentar diminuir as barreiras espaciais, sociais e ideológicas e movimentam-se na direção da diversidade. Na esteira deste movimento, promove-se a luta contra o preconceito e valorização de sujeitos da diferença, a saber, sujeitos com deficiência, de diferentes etnias, religiões, culturas e outros. Desse modo, o sentido de diversidade apresenta-se relacionado à ideia de acessibilidade, pluralidade, globalização e multiplicidade trazendo consigo a questão da tolerância e da convivência com a diferença.

A acessibilidade está diretamente ligada com a inclusão. Pode-se dizer que uma precisa dá outra para significar-se no espaço. É preciso que instituições públicas e privadas estejam preparadas para receber pessoas com qualquer tipo de necessidades especiais.

2.6 – A Inclusão de atletas com deficiência no Esporte: pensando discursivamente

O esporte paralímpico, no Brasil e em muitos países, vem tomando cada vez mais espaço. Há um grande aumento no número de atletas com deficiência envolvidos em diversas modalidades. O que se discute hoje é a inclusão/exclusão desses atletas nos jogos

paralímpicos. Pensando discursivamente, a questão que se põe é a de que sentidos estão na palavra “inclusão”. Que formações discursivas se constituem neste processo discursivo?

A convivência entre iguais e diferentes talvez seja a principal temática discutida na sociedade atualmente. Inclusão, integração, aceitação, tolerância são alguns dos termos que funcionam como espécie de palavras-chave, sempre trabalhadas, silenciosamente ou não, no interior da expressão é preciso. É preciso incluir, é preciso integrar, aceitar, tolerar... Ou sempre sustentando discursos que apontam para elas mesmas, isto é, para a inclusão, a integração, a aceitação e a tolerância, entre outras, como se fossem elas necessidades (COSTA, 2013).

A partir da Análise do Discurso busco, neste trabalho, entender como o discurso de inclusão vem sendo significado nos Jogos Paralímpicos. E, ainda, como esses discursos significam no processo de inclusão de atletas com deficiência física no esporte brasileiro.

O discurso é definido como “efeito de sentido entre locutores”, no qual o funcionamento da linguagem, em condições específicas, nos leva a observar a constituição dos sujeitos e a produção de sentidos. “Isto quer dizer que o discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique. Daí os efeitos entre locutores” (ORLANDI, 1994: p. 53).

Apesar das palavras parecerem transparentes, elas não têm um sentido fixado a priori. O sentido é sempre produzido em determinadas condições de produção e engendra diferentes efeitos (COSTA, 2013).

Para fazer considerações sobre o Discurso da Inclusão de Atletas com Deficiência nos Jogos Paralímpicos, analisarei um corpus constituído de vários materiais, entre eles fotos tiradas em uma paralimpíada e serão analisadas no decorrer do presente trabalho. Considero

muito importante, entre os materiais a que tive acesso, o documento: o estatuto social do Comitê Paralímpico Brasileiro.

O artigo 19 do Estatuto Social do Comitê Paralímpico Brasileiro relata que:

O CPB tem, de acordo com suas finalidades e competências, dentre outros, por objetivos, promover e apoiar:

I – As ações que deem oportunidades ao envolvimento e o desenvolvimento de pessoas com deficiência, em especial:

- a) Na participação em competições de auto-rendimento;*
- b) Na inclusão, reabilitação e socialização destas, por meio do esporte;*
- c) Na organização e participação em competições do esporte escolar e universitário;*

II – As ações que visem à realização de eventos esportivos regionais, nacionais e internacionais, assim como eventos político-administrativos, técnico-científico e outras atividades afins;

III – As ações que visem oferecer às suas filiadas e estrutura administrativa e organizacional indispensável para o seu funcionamento;

IV – As ações que visem oferecer às suas filiadas a participação em eventos político-administrativo, técnico-científico, e em competições desportiva nacionais e internacionais;

V – As ações voltadas para o funcionamento e o desenvolvimento de atividades do segmento esportivo paraolímpico junto às escolas do ensino fundamental e médio e instituições de ensino superior em todo o Brasil;

VI – As ações que visem à capacitação, formação e especialização de recursos humanos, nas áreas técnicas e gerenciais do segmento esportivo paralímpico;

VII – As ações de incentivo a estudo e pesquisa direcionados a:

- a) Obtenção de formas e mecanismos que favoreçam a atividade física e a aprendizagem da prática desportiva por pessoa com deficiência;*

- b) *Obtenção de formas adequadas métodos inovadores de treinamento desportivo para atleta com deficiência;*
- c) *Facilidades no acesso de pessoa com deficiência a material técnico e equipamentos adequados, para a prática desportiva, assim como para outras atividades;*
- d) *Estímulo a campanhas de divulgação com o fim de informar, esclarecer e conscientizar a sociedade, o poder público, o meio empresarial e a mídia acerca da potencialidade da pessoa com deficiência;*

VIII – As ações que visem à captação de recursos financeiros, humanos e técnicos para o segmento esportivo paralímpico brasileiro, constituindo se necessário, para apoio institucional e operacional, fundações, institutos ou congêneres, objetivando o acesso das entidades desse segmento, aos acordos, convênios e parcerias firmados com órgãos, ou entidades públicas ou privadas, empresas públicas ou privadas, instituições de ensino, associações, clubes, federações e confederações desportivas nacionais e internacionais.

Ao fazer uma descrição do âmbito discursivo do artigo 19, do Estatuto Social do Comitê Paralímpico Brasileiro, pode-se observar que este relata em seu inciso I, letra b a promoção da inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte. Ou seja, mais uma vez a preocupação com a inclusão de pessoas com necessidades especiais vem sendo discutida e almejada no desporto brasileiro. Para D. Massmann (2013, p.02) “juntamente com terminologias como diversidade e acessibilidade, o termo inclusão concerne às práticas sociais e educativas, e mobilidade, no que diz respeito à questão do espaço urbano e digital”. Busca-se incluir qualquer tipo de deficiente por meio de diversas modalidades esportivas apropriadas de acordo com o grau de dificuldade de qualquer atleta/aluno através da participação em competições esportivas nacionais e internacionais.

Pode-se descrever, também, no inciso VI a preocupação com a capacitação, formação e especialização de recursos humanos nas áreas técnicas e gerenciais no esporte paralímpico

para melhor atender as necessidades dos atletas/alunos com necessidades especiais. A procura por profissionais da área de educação física preparados para atuar com essas necessidades vem crescendo cada dia mais devido ao fato de que o esporte inclusivo está sendo visto como direito de todos.

Já o inciso VII, letra c, deixa bem claro quando cita as facilidades no acesso de pessoa com deficiência em todo o ambiente desportivo desde o material técnico a equipamentos adequados para a prática das atividades esportivas. O que falta ainda em muitos lugares públicos e privados, ou seja, é a ausência de espaço apropriado e não adaptado. Hoje, muitas adaptações acontecem em muitos lugares onde ocorrem os jogos olímpicos e depois os jogos paraolímpicos devido ao fato desta união entre ambos.

Os esportes praticados por pessoas com deficiência têm grande semelhança com os seus correspondentes olímpicos. As mudanças acontecem mais em relação ao espaço em que se realizam, onde podemos citar a parte física/material, ou seja, acesso aos lugares, adaptações realizadas nos lugares onde as modalidades esportivas são realizadas e pequenas alterações nas práticas esportivas.

Nas figuras abaixo temos a foto da Vila Olímpica, lugar onde os atletas se hospedam durante as competições. Pode-se observar que há várias passarelas de fácil acesso aos arredores dos prédios, facilitando assim a locomoção dos cadeirantes. Todos os prédios possuem elevadores, instalações de rampas e apoios nos banheiros dos apartamentos, sinalizações em braile e sintetizadores de voz em computadores do cyber café da Vila. E em seguida a foto do mapa da Vila Olímpica



Figura 1: Vila Olímpica (Fonte: Acervo Pessoal)

A Vila Olímpica possuía uma segunda característica importante e significativa: era conhecida também como Cidade Olímpica, ou seja, era governada por um prefeito. O Sr. Paulo Roberto Laranjeira, mais conhecido como Sr. Laranjeira, prefeito da Vila Olímpica Rio 2007 saudava todos os competidores que ali chegavam e sempre ressaltava a qualidade da infraestrutura do local, construído para abrigar cerca de 8 mil pessoas entre atletas, organizadores e visitantes. Ao observar a Vila Olímpica como uma Cidade Olímpica nota-se que os sentidos daquele espaço nos condicionam a vários estados de significação. Como diz Orlandi (2004, p.19) “o espaço da cidade nos dá ocasião de refletirmos sobre o que são a situação, as condições de produção, nos processos de significação”.

Na figura acima, podemos observar a minha alegria em poder fazer parte deste evento tão importante onde nosso país, mais precisamente, na cidade do Rio de Janeiro, sediou os Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007. Como voluntária do Pan e Parapan, pude observar de perto as diferenças entre ambos que precisam ser resolvidas entre os atletas, voluntários, espaço físico, enfim, tudo que envolve uma olimpíada e uma paralimpíada.

Gostaria de fazer uma análise também em relação à forma de tratamento entre atletas do Pan e Parapan em relação aos voluntários que participaram do evento. Tanto os atletas do Pan quanto do Parapan, em sua maioria, são pessoas sensíveis e amorosas. A diferença que se produz resulta do fato de que as condições físicas não são iguais, tornando-se assim as expectativas e a disposição dos atletas do Pan diferentes do Parapan. Assim, isto acaba por ter um efeito de tal modo que o estado emocional de um mostra-se de forma diferente do outro, sendo, então, os atletas do Parapan mais sensíveis e amorosos do que os do Pan.

Poucos eram os atletas do Pan que nos davam um sorriso ou até mesmo um bom dia. E mal reconheciam que era devido a nós voluntários que o evento acontecia. Já os atletas do Parapan sempre nos recebiam com um sorriso e muitas vezes com um abraço. Um toque carinhoso que dificilmente encontrávamos com os atletas do Pan. Os cadeirantes, deficientes visuais, auditivos, ou seja, atletas com deficiência física, sempre estampavam a alegria no rosto. A simplicidade, motivação, carinho, respeito e alegria já os tornam especiais de coração e vitoriosos de natureza.

Portanto, podemos dizer que a possibilidade de poder participar de um evento tão significativo como o Parapan cria nestes sujeitos uma imagem de si que muda a própria disposição emocional e social deles.

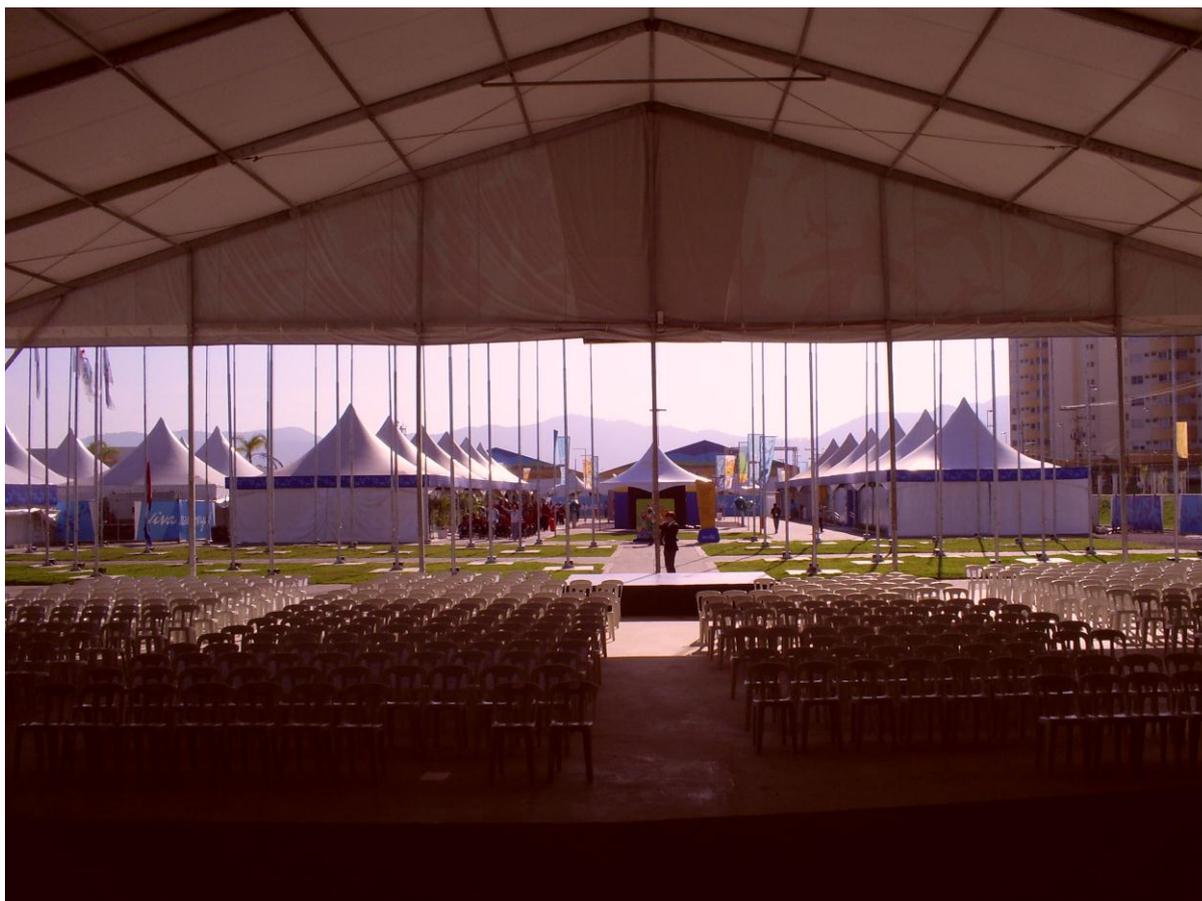


Figura 4: Vista da praça de alimentação e entretenimento da Vila Olímpica. (Fonte: Acervo Pessoal - palco de boas-vindas)

Podemos analisar, nesta foto, que este local da Vila é plano e de fácil acesso o que facilita o melhor deslocamento dos atletas. Uma rampa para facilitar a subida dos atletas cadeirantes ao palco de boas-vindas foi construída durante a preparação do espaço físico. Este espaço, como menciona Orlandi (2004, p.71) “em que sentidos e sujeitos se constituem em suas particularidades”, era considerado o mais importante da Vila, pois ali era a porta de entrada onde todos os atletas passavam obrigatoriamente quando chegavam. Era ali que se configurava, ou melhor, se significava e dava sentido o espaço físico.

A seguir, na figura 5, podemos observar a rampa de acesso ao palco e eu, autora da dissertação, levando uma cadeira de rodas que foi entregue como presente a um atleta portador de deficiência física.



Figura 5: Palco de boas-vindas e entrega da cadeira de rodas. (Fonte: Acervo Pessoal).

A cerimônia de boas-vindas era o primeiro acontecimento para o atleta assim que chegava na Vila Olímpica. Todo um ritual como Hino Nacional do País de origem do atleta e entrega de presente ao Chefe de missão faziam parte desta cerimônia. Daí a importância de facilitar o acesso a todos os atletas do Pan e Parapan ao palco principal.

3 – FORMAÇÃO DISCURSIVA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA VISANDO A INCLUSÃO DO ATLETA/ALUNO COM DEFICIÊNCIA

A inclusão do atleta com deficiência no meio desportivo vem sendo, como dissemos, bastante discutida nos últimos tempos. Mas o que significa incluir? O que fazer para que não haja exclusão? Como comportar-se um profissional de Educação Física perante um atleta/aluno com deficiência? Há, nos cursos de graduação em Educação Física, disciplinas voltadas ao preparo desses profissionais para atuarem com deficientes?

Essas e muitas outras perguntas circulam no meio desportivo e escolar quando se refere ao que é chamada inclusão de atletas/alunos com deficiência. Por um lado há cobrança pela inclusão e do outro há falta de investimentos e cursos de formação. Observa-se, nos dias de hoje, que muitas escolas e meios desportivos abrigam pessoas com deficiência, mas sempre escasso de profissionais formados e preparados para atuar com essas pessoas como também espaço não adequado.

De acordo com C. Medeiros (2013, p. 02):

um dos temas mais publicizados na mídia da atualidade é, de fato, o da inclusão social e neste entorno de significação os sujeitos marcados pela diferença passam a figurar em posição “destacada” no projeto social que apregoa uma inclusão de superfície discursiva horizontalizada, sem deslizos, sem conflitos e arranjada em um imaginário de “boa vontade” coletiva que ressoa um modo de discursivizar a inclusão de sujeitos identificados pela diferença, determinado por uma formação ideológica neoliberal que retoma sentidos individualizantes que já estão naturalizados.

Para Pêcheux (1990, p. 77), “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, portanto, importa não somente o que se diz, mas também o que não se diz sobre inclusão e que faz parte da exterioridade que o constitui.

C. Medeiros (2013, p.07), afirma que: “por inclusão, entendo mais do que um paradigma educacional ou social; tomo inclusão como um princípio de organização da sociedade, propulsionado pela lógica de uma formação ideológica neoliberal tomada por sentidos pré-construídos que se atualizam em “novas” formas de dizer/mostrar e simbolizar os sujeitos”.

Com base nesses preceitos, este capítulo busca analisar discursivamente um Manual de Tratamento elaborado pela comissão paraolímpica responsável pela organização dos Jogos Parapan-americanos Rio 2007. É importante ressaltar que pessoas com deficiência têm os mesmos direitos e deveres que qualquer cidadão. Possuem sentimentos, vontades e necessidades. Não são eles, os que têm deficiência, que excluem os demais e sim os não deficientes que se sentem diferentes. É preciso conscientizar as pessoas de que a prática esportiva só traz benefícios à saúde e que existem diferentes formas de exercitar o corpo. O esporte pode e deve ser adequado à pessoa que irá praticá-lo. Basta motivação, criatividade e força de vontade principalmente por parte do profissional em educação física.

3.1 – A Análise

A formação discursiva do profissional/professor de Educação Física é significada de acordo com os efeitos produzidos em seus interlocutores, ou seja, os atletas que o ouvem (atletas/alunos). É importante que o ouvinte, atleta/aluno, esteja sempre envolvido discursivamente com as mudanças atuais relacionadas ao esporte brasileiro. Dentre as novas discursividades sobre o corpo, encontramos sentidos que o mesmo adquire atualmente e

transformam a maneira como o atleta com necessidades especiais tem sido significado pelo chamado processo de inclusão. Portanto, é o profissional de Educação Física um dos principais responsáveis pelos sentidos que pode ter a inclusão, já que ele trabalha diretamente com o que se denomina processo de inclusão de deficientes no desporto brasileiro, sendo ele o elo de ligação entre o aluno/atleta e o esporte. É através de suas aulas inclusivas que o atleta com deficiência pode significar as suas dificuldades descobrindo outros sentidos ainda não experimentados, desvinculando-se do discurso social sobre a pessoa com deficiência que já fixa, estabiliza sentidos que levam a sua exclusão. (Orlandi, 2013; aula de EAD do NGIME)

Praticamos, aqui, a análise de discurso porque a mesma tem, como objeto, o discurso, ou seja, os efeitos de sentidos que estão sendo produzidos, no caso, sobre o atleta com deficiência. É através do discurso que se pode observar a fala de um homem funcionando na sociedade e na história, afetado pela ideologia.

Para E. Orlandi, a Análise do Discurso como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2010, p. 15)

Para E. Orlandi, esta área do saber não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas.

Para Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito, não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, que tem na língua uma de suas bases materiais. E é assim que a língua produz sentidos. Desse modo, o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos. Este autor busca mostrar que a ideologia produz evidências.

Assim, presos a este imaginário de evidências, os sujeitos estão presos à repetição e não se expõem à opacidade dos sentidos, não se dão conta de que os sentidos sempre podem ser outros.

São estas evidências que observamos também na produção do discurso dos profissionais de educação física, quando falam em “inclusão”. Desse modo, reproduz-se um discurso que não significa o real da situação dos sujeitos significados de forma estigmatizada por serem pessoas com deficiência. Em consequência, não se cria um espaço de significação em que ele pode se significar e a sua deficiência de outras maneiras, com outros efeitos de sentidos, tanto sobre ele mesmo como sobre os outros.

Desse modo, os atletas/alunos portadores de deficiência, são significados pelos efeitos ideológicos que os colocam como sujeitos cuja diferença os segregam da sociedade ao invés de inclui-los realmente. Nesse caso, a palavra inclusão na realidade é repetida mas não faz sentido, ou melhor, outros sentidos, senão os já postos.

Para melhor compreendermos o que estamos procurando observar, citamos o trecho seguinte, que fala da linguagem como algo mais do que comunicação e informação:

Para a Análise de Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso. Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. Por outro lado, tampouco assentamos esse esquema na ideia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores. (Orlandi, 2010, p.21)

A Análise do Discurso – quer se a considere como um dispositivo de análise ou como a instauração de novos gestos de leitura – se apresenta com efeito como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e as práticas de análise.(Orlandi, 2008, p.08)

É no discurso que se concentram, se intrincam e se confundem, como um verdadeiro nó, as questões relativas à língua, à história e ao sujeito. O discurso constitui-se, assim, no verdadeiro ponto de partida de uma “aventura teórica” (FERREIRA, 2014, p. 347).

Com isto, queremos dizer que, pensando discursivamente este sujeito da deficiência e do discurso da inclusão, é preciso levar em conta o modo como ele é significado e por aí se identifica e é identificado na sociedade e na história. Não se trata, pois, somente da vontade de quem é profissional de sua formação, mas também do modo como se constituem os processos de significação e as condições em que se produzem os sentidos, na maneira como este profissional toma uma posição como sujeito que significa seu aluno/atleta.

Em que formação discursiva se inscreve seu discurso quando ele fala com ou de seu aluno/atleta? Em uma formação discursiva que reconhece a diferença e a significa na direção de dar ao atleta uma posição sujeito também capaz de se significar ou em uma posição que o significa negativamente pela sua diferença? Uma posição sujeito que não ouve o atleta em suas necessidades de se significar? Esta é a questão fundamental posta para a inclusão. É a inclusão como um gesto de interpretação que deixa espaço para este sujeito se significar, se identificar ou é uma imposição de sentidos (em geral estigmatizados) previamente já postos?

3.2 - O Respeito às Pessoas com Deficiência.

Observando-se o manual de tratamento força Rio 2007, observa-se que os sentidos ali postos são os de que o tratamento respeitoso aos atletas/alunos com deficiência deve ser sempre dispensado a todos que participam de eventos desportivos. É isto que realmente constitui esta prática?

Na qualidade de um ótimo Profissional de Educação Física, torna-se essencial que este mesmo profissional ofereça aulas, materiais e instalações destinadas a tornar a experiência daquele atleta/aluno com deficiência a mais completa possível.

Para prestar um ensinamento de qualidade às pessoas com deficiência, com base no Manual de Tratamento Força Rio 2007, algumas orientações serão apresentadas a seguir:

Não utilize o termo portador de deficiência ou de necessidades especiais, afinal todos têm necessidades especiais e ninguém porta uma deficiência. O termo mais adequado é pessoa com deficiência;

Podemos dizer que o termo portador de deficiência ou necessidades especiais é utilizado por muitas pessoas, ainda, nos dias de hoje. Mesmo o manual especificando o termo correto, pessoa com deficiência, muitas vezes colegas voluntários nos surpreendiam, dentro da Vila, com o termo não adequado.

No entanto, nossa questão, como analistas de discurso é: o discurso politicamente correto (não dizer portador, por exemplo) muda as práticas e os sentidos pelos quais esse sujeito é significado? Nossa posição é a de que dizer “pessoas com deficiência” e não portador de deficiência não muda a ideologia dos sujeitos nem a possibilidade de estigmatização que já vem pelo discurso social. Não há uma relação direta entre a palavra e a coisa, há processos de significação complexos que passam pela ideologia, pelo imaginário social e pelo que já está ali significado, antes mesmo que signifiquemos.

Mesmo quando a pessoa com deficiência estiver acompanhada, dirija-se diretamente a ela e não ao seu acompanhante;

Na Vila, quase sempre, o acompanhante era o primeiro a ser comunicado. É como se a pessoa com deficiência não estivesse ali presente. Isso acontecia principalmente com os deficientes visuais. Não se sabe se era pelo fato de que muitas pessoas não conseguem olhar diretamente nos olhos de uma pessoa com essa deficiência por não sentir-se bem, mesmo sabendo que esta pessoa não enxerga e muitas vezes usa óculos escuro. Claro que tinha exceção. Não eram todas as pessoas. Recordo-me de uma pessoa que trabalhava junto comigo que dizia “não sei por que, mas não consigo olhar dentro dos olhos de uma pessoa cega, sinto uma coisa estranha, não é preconceito, não sei dizer direito o que é”. Confesso que fiquei surpresa com a fala dela e digo mais, fiquei sem palavras para continuar o assunto. Pois ali deparei-me com várias pessoas com deficiência visual e muitas vezes eram atendidas por nós.

Não presuma que uma pessoa com deficiência necessita de ajuda. Ofereça ajuda e espere que seu oferecimento seja aceito. Se a pessoa precisar de ajuda, vai aceitar sua oferta e explicar exatamente o que você deve fazer para ser útil a ela;

Muitos atletas do parapan sempre nos pediam ajuda quando precisavam. Não era nem preciso oferecer. Parecia que já era uma coisa automática. Bastava um olhar e um sorriso que já sabíamos que a ajuda era bem-vinda. É preciso observar que, talvez, isto se desse, porque se estava em um espaço especial, em que estas regras de convivência já estavam instaladas. O mesmo aconteceria na rua?

Não trate uma pessoa com deficiência como um herói. Isso pode ser constrangedor para ela;

Este é outro efeito da relação com a diferença: ou exageramos para menos ou para mais. Continua a não ser igual.

É importante respeitar o ritmo de cada pessoa. Pessoas com paralisia cerebral, por exemplo, podem ser mais vagarosas para caminhar, falar etc.;

Paciência. Esta é a palavrinha mágica. É preciso ter muita paciência para acompanhar o dia a dia dos atletas com deficiência. Não se pode ter pressa. Pelo fato de suas limitações serem diferentes da nossa é preciso seguir o ritmo deles e não o nosso.

Não se acanhe em usar palavras como “andar”, “correr”, “veja”, “olhe”, nem você e nem as pessoas com deficiência podem evitá-las. E estas palavras certamente não significam do mesmo modo para o sujeito com deficiência e o que não tem. Pela sua própria práxis. No entanto, seu uso indiferenciado, torna o comum, comum. Indiferenciado, o que produz um efeito de sentido apaziguador.

É importante também cuidados em relação às limitações de mobilidade. A mobilidade de uma pessoa pode ser limitada por inúmeras razões, que incluem a paralisia, a amputação, doenças ou acidentes.

Estes prejuízos à capacidade de se mover podem ser temporários ou permanentes. Daí a importância de prestar muita atenção.

Se você prevê uma conversa longa, coloque-se na mesma altura dos olhos da pessoa com quem vai falar; para uma pessoa sentada é incômodo ficar olhando para cima muito tempo;

Muitas vezes, como voluntária do parapan, me abaixava para conversar com pessoas sentadas, em sua maioria, cadeirantes. Quando percebia que a conversa seria longa me sentava ao chão ou até mesmo na grama. A Vila era muito bem cuidada e não havia problema nenhum em relação a sujar o uniforme. Mesmo quando me pediam para tirar fotos eu me abaixava no meio deles. A seguir uma foto minha tirada com os atletas do parapan.



Figura 6: Atletas do Parapan. (Fonte: Acervo Pessoal – Atletas Paralímpicos).

Esta foto exemplifica muito bem a minha fala acima. Sempre alegre e disposta. Adorava quando me pediam para tirar foto com eles. E como disse, abaixada. Procurava sempre, principalmente nas fotos, estar na mesma direção que eles. Nunca acima e sempre na mesma altura dos olhos.

Não vá segurando automaticamente a cadeira de rodas. Ela é parte do espaço corporal da pessoa, quase uma extensão do seu corpo;

Conheça sempre a localização dos acessos mais próximos, dos sanitários adaptados e de outras facilidades;

Ao ajudar uma pessoa em cadeira de rodas a descer uma rampa ou degrau alto, o ideal é usar a posição de “marcha ré”, evitando que a pessoa caia para frente.

Já em se tratando de pessoas com limitações visuais, inclui-se no grupo aquelas que são parcial ou totalmente incapacitados de enxergar e cuja capacidade não pode ser substancialmente corrigida pelo uso de óculos ou lentes de contato.

Alguns cuidados devem ser observados. Portanto:

Apresente-se, identificando seu nome e função. Caso necessário, toque levemente no ombro do interlocutor para atrair sua atenção;

O abraço muitas vezes era solicitado neste momento. Não apenas o toque, mas também o cheiro. O abraço acaba quebrando o gelo do que se parece desconhecido. O tom da voz suave e educada ao se apresentar inicialmente não pode jamais ser dispensado. Tive a oportunidade de viver e conviver com tudo isso na prática durante alguns dias que passei na Vila.

Não segure a pessoa pelo braço ou bengala, nem a coloque a sua frente. Permita-lhe que segure em seu braço (na altura do cotovelo, no punho ou mesmo no ombro, dependendo da diferença de estatura entre vocês) e, então, a conduza em passo normal. Descreva os obstáculos existentes no caminho;

Ao conduzir em passo normal, descrever os obstáculos existentes da forma mais clara e objetiva. Sempre com muita educação e boa vontade. Muitas vezes, eu me colocava no momento e ritmo dos atletas do parapan deixando tudo muito natural.

Preste auxílio sobre direções, construindo uma pintura mental. Utilize uma terminologia que expresse direita/esquerda, frente/trás, alto/baixo, bem como um sistema direcional baseado nos números de um mostrador de relógio. Exemplo: a cadeira está situada às 02 horas;

Não suponha que uma pessoa com limitação visual também possua uma limitação auditiva. Utilize tom de voz normal;

É como disse um pouco acima. O tom de voz é de grande importância. Não é preciso gritar, alterar a voz e o vocabulário. Palavras ditas de formas claras são sempre bem-vindas e não ofendem ninguém.

Por mais tentador que seja acariciar um cão-guia, lembre-se de que esses cães têm a responsabilidade de guiar um dono que não enxerga. O cão nunca deve ser distraído de seu dever de guiar;

Ao se afastar de uma pessoa cega, avise-a. É muito desagradável falar sozinho.

As limitações auditivas também devem ser observadas. Elas variam de uma pequena perda da audição em uma determinada faixa de frequência a uma surdez completa.

Por isto:

Fale de maneira clara, mas não exagere. Use seu ritmo normal, a não ser que lhe peçam para falar mais devagar;

Fale sempre de frente para a pessoa surda. Ela precisa ver seus lábios;

Se for solicitado a repetir alguma informação, faça de boa vontade. Não eleve o volume de sua voz, a não ser que seja solicitado;

Fale com expressão. Muitas das pessoas com limitações auditivas vão depender das suas expressões faciais, dos seus gestos e movimentos do corpo para entender o que você está dizendo;

Expressão. Como esta palavrinha é importante para uma pessoa com limitações auditivas. Digamos que é o requisito principal. É a primeira imagem que transmitimos em relação à nossa pessoa. É a partir dela que passamos confiança. Pude observar que para ser voluntário de jogos paraolímpicos é indispensável o sorriso. Uma pessoa com limitação auditiva te reconhece muitas vezes através do olhar. Um gesto pode significar muito. Por isso, sempre sorrindo, expressão facial de muita alegria e boa vontade.

Se estiver tendo dificuldades em entender a fala de uma pessoa surda, não se acanhe em pedir que ela repita o que disse. Se ainda assim não conseguir, tente usar bilhetes. Certifique-se de sempre possuir um lápis ou caneta;

Coloque questões de modo simples e conciso sem, no entanto, insultar a inteligência da pessoa pela simplificação excessiva.

As limitações mentais afetam a capacidade de uma pessoa perceber, entender e compreender informações. Atenção:

Trate os adultos como adultos. Não utilize fala e gestos infantilizados;

Utilize linguagem concreta. Seja específico e faça perguntas diretas que exijam respostas simples, como “sim” ou “não”.

Forneça informações de maneira gradual e clara. Tenha paciência para repetir e utilizar palavras diferentes para facilitar a compreensão.

Não posso deixar também de analisar a forma de tratamento de pessoas com limitações mentais. O fato de um adulto possuir sua capacidade de perceber, entender e compreender informações afetadas pelas limitações não faz com que o mesmo volte a ser criança. Mudar a tonalidade da voz, usar gestos infantis e não ser direto não faz bem ao sujeito com limitação mental. É preciso tratá-los de forma igual, sem diminuir ou aumentar sua idade cronológica. Buscar sempre compreender e facilitar a compreensão é a melhor solução.

São, pois, em geral, estas as orientações para o Profissional de Educação Física nos jogos em questão. O que diz no Manual mostra-se como sendo de muita importância para este profissional. Deduz-se do que ali está posto que é preciso que este profissional tenha conhecimento e consciência de quanto ele significa para este ser humano, ou melhor, este sujeito significado pela sua deficiência.

No entanto, sabemos que há uma grande distância, como dissemos, principalmente quando se trata de Manuais, daquilo que ali se lê e da prática que dali resulta. Já porque, na leitura, há interpretação. E a interpretação feita por estes profissionais, vai depender da formação que receberam e da capacidade que têm, assim como das condições que vão encontrar em sua prática.

Entusiasmo, postura, confiança, dedicação, flexibilidade, sinergia, persistência e motivação são alguns dos princípios que deveriam fazer parte do dia a dia do Profissional de Educação Física. Todos estes sentimentos tão positivos são possíveis de se manter diante da prática desses profissionais, diante de uma pessoa com deficiência? E em que condições isto se dá? São condições favoráveis ou desfavoráveis aos procedimentos “aconselhados”? Há uma “receita” nos manuais, mas o que se pode perguntar é se elas levam em conta as condições reais e as diferenças que existem entre os “diferentes”? Estas práticas são práticas simbólicas e, portanto, não previsíveis no seu modo de significar.

Há também um fator muito importante que não deve ser esquecido. Tanto o Profissional de Educação Física quanto a pessoa com deficiência significam-se. Há sempre uma ligação entre um e outro através de seus conhecimentos e suas experiências. Podemos dizer até que há um novo caminho descoberto, uma nova forma de se significar, logo de se identificar, e se comunicar através do esporte.

Importante ressaltar que afirma-se que a comunicação, para ser eficiente, obedece a um conjunto de regras, algumas puramente gramaticais e fonéticas, outras relacionadas à segurança da transmissão dos dados. Ou seja, quem fala deve ter a certeza de que está sendo compreendido.

Pois bem, nada pode garantir isto, uma vez que aí funciona a ideologia e o inconsciente e aquilo que não é dito significa, às vezes, mais do que o que é dito. E o que é dito pode significar de muitas maneiras. A própria deficiência e seus sentidos já dados podem

estar significando na relação entre o professor e o atleta. Há já aí o discurso se interpondo, em que a deficiência e o sujeito com deficiência já vem significado.

Não adianta, pois, apenas sempre falar de modo claro e respeitoso; ser paciente e repetir a informação, caso necessário; evitar interromper sentenças ou terminá-las bruscamente; evitar o uso de gírias ou expressões incomuns; esclarecer sempre dúvidas quando houver e quando indicar direções fazê-lo de mão espalmada e não com o polegar ou indicador.

Estas são instruções. Mas antes mesmo que elas estejam funcionando, aqueles sujeitos postos em relação já estão significando e sendo significados pelo imaginário social em que vivem, pela ideologia. Portanto as instruções podem ser partes da formação do profissional mas são apenas uma parte. Ele precisa saber o que é a linguagem, o modo como os sujeitos se significam e tomar isto em conta, sempre. “*Seus sentidos podem sempre ser outros*” (Orlandi, 1987). E certamente seus sentidos e de seu interlocutor – o sujeito com deficiência – não significam da mesma maneira. Interpretam de modo diferente porque são diferentes.

Não podemos deixar de ressaltar que o ambiente esportivo permite ao atleta criar um senso de responsabilidade política. O atleta portador de deficiência aprende a ajudar outros competidores a superar a deficiência e a baixa autoestima. Para a maioria dos atletas, o envolvimento e o sucesso da participação no esporte paralímpico estão associados com a autoestima positiva e melhora da imagem corporal. A autoestima está relacionada com a busca pelo desempenho máximo. É, portanto, importante que este sentimento esteja suficientemente desenvolvido para que o relacionamento com os pares seja equilibrado. Este relacionamento ocorre frequentemente com pares do esporte de alto nível e, como os atletas normalmente começam a competir cedo no nível internacional, o engajamento com os atletas da elite mundial torna-se não só constante mas de longo prazo. A autoestima e a confiança são então constantemente alimentadas entre os pares (Palla, 1997).

Neste caso, devemos lembrar que a autoestima não é apenas um sentimento, ela resulta de uma práxis corporal. Portanto, é esta prática que está em questão: como significar um corpo que apresenta deficiências em uma situação em que o que é dominante é o esporte de alto nível? Como encarar significativamente esta condição? É a esta questão que o atleta é chamado a responder.

O apoio familiar é também um fator importante. A participação e o acompanhamento de pessoas próximas ajudam muito no desenvolvimento do atleta/aluno com deficiência. Em geral, para a criança, a noção de aceitação dos benefícios do esporte e a motivação para iniciar e continuar dependem do apoio da família (Palla, 2001).

3.3 – O Preparo do Profissional de Educação Física em relação aos atletas/alunos com deficiência

A Educação Física tem muito a oferecer às pessoas portadoras de diversos tipos de deficiência, nas mais variadas formas de atividade. Seguramente, é capaz de promover maior integração social do deficiente, provocando seu interesse pelo Esporte e pela própria graduação profissional (Revista E.F. Nº 08 - Agosto de 2003).

Mas a falta de profissional de Educação Física preparado, ou seja, com formação para atuar com pessoas com deficiência é gritante. Não sabemos ao certo se é porque não tiveram incentivos e preparação durante a graduação ou se não há vontade e interesse do próprio profissional por essas pessoas.

Os profissionais de Educação Física devem, nos dias de hoje, serem formados para atuarem com diferentes tipos de atletas/alunos deficientes ou não. Não basta um simples curso de capacitação, tem que haver formação, segundo Orlandi (2013).

Cursos de capacitação, como disse um economista em entrevista, não resolvem, porque não garantem permanência, sustentação. Retomo o que vem afirmando E. Orlandi: “é preciso educação básica, penso, formação mesmo, para que esses sujeitos ingressem no trabalho e saibam objetivar-se nas relações sociais em que estão concernidos. Porque o que não está dito é que se somos uma sociedade do conhecimento e da informação e estas são as formas de atender a uma sociedade do trabalho (e do mercado)”. (ORLANDI, p. 04, 2013).

Chamamos a atenção aqui para o fato de que na formação do profissional que trabalha com o atleta junto à pessoa com deficiência, a questão da interpretação é fundamental, como mostramos acima. Deste modo, a própria formação deste profissional inclui uma boa compreensão dos gestos de interpretação. Neste caso, em sua formação entra a questão da língua.

Hoje se fala muito em inclusão escolar, mas esquecem de que a própria escola e o profissional não se sentem preparados para incluí-los. Uma cobrança de ambas as partes e que nem sempre é discutida, e sim, muitas vezes, infelizmente, esquecida, ignorada.

Para Orlandi (2013, p.07), formar, em educação, traz necessariamente a questão da língua. Porque é a língua que está investida na produção do conhecimento. Não é apenas um instrumento no sentido pragmático, mas é parte do próprio processo de constituição do saber, da construção do objeto de conhecimento, da sua compreensão, e interpretação do que significa no conjunto da produção científica de que participa. Diz a autora:

Por isto interrogo o que é interpretado como educação. Porque, para que se tenha um aluno que fale a língua institucionalizada, ele precisa ser individuado pelo Estado tendo condições de tê-la. Isto se consegue em um processo de formação, na educação. A capacitação não dá as condições para que se tenha a língua institucionalizada. E é esta língua que é base do processo educativo, no imaginário capitalista. Como disse, a língua faz parte do modo como os sujeitos do conhecimento compreendem seus objetos de ciência. E quando este objeto de conhecimento é a língua, ela entra duplamente neste processo: do próprio processo de constituição do saber e da construção do seu objeto de conhecimento, da compreensão que possibilite sua prática; conhecer a língua e saber praticá-la com “fluência”.

Noção esta que, ao contrário do que se tem pensado, é política, pois, a fluência implica a posição-sujeito social e a formação discursiva em que se inscreve (Orlandi, 2013, p. 11).

Orlandi afirma ainda que:

Para isso é necessário que este sujeito não só saiba a língua, mas saiba que a sabe. Por isto a escola deve-lhe sua formação: para que ele tenha domínio da constituição da gramática como objeto histórico que representa uma extensão do sujeito falante em sua representação social, e do processo da leitura e da escrita como processos não só de repetição, mas de retomada, de construção de sua própria identidade como sujeito escolarizado, sujeito do conhecimento e da língua que fala. E como entrada nos processos discursivos em que desenvolve suas práticas e experiências. Um sujeito que se constitui, se movimenta nestas práticas e experiências (2013, p. 12).

A atenção do Profissional de Educação Física pelo trabalho com alunos/atletas com deficiência é relativamente nova refletindo um movimento mundial de políticas para acessibilidade, assim como faz pouco tempo que a sociedade como um todo começou a encarar a questão. Os cursos de graduação ainda estão formando sua base teórica, porém uma série de acontecimentos espelha e vem produzindo uma mudança gradativa na maneira de encarar e tratar a pessoa com deficiência, para o qual a atividade física pode significar melhores condições de vida e maior inserção social (Revista E.F. Nº 08 - Agosto de 2003). Possibilidade de movimentar-se por si só no mundo em que vive e em que é significado e significa-se.

É preciso incentivo do governo voltado aos Profissionais de Educação Física. Cursos de formação e inclusão deverão ser oferecidos visando melhoria no desporto para pessoas com deficiência. Esporte é saúde. Um direito de todos.

A formação, e não a capacitação, é capaz de produzir um aluno não alienado. E retomo aqui o conceito de alienação em Marx (1844). Segundo este autor, “a alienação desenvolve-se quando o indivíduo não consegue discernir e reconhecer o conteúdo e o efeito de sua ação interventiva nas formas sociais”. Consideramos que a educação, o ensino de língua, poderia, se bem praticado como processo formador do indivíduo na sua relação com o social e o trabalho, dar condições para que este sujeito “soubesse” que sabe a língua, soubesse, assim, do efeito de sua intervenção nas formas sociais. O que a capacitação ou o treinamento não fazem. Ele continua então

um objeto na relação de trabalho. Agora bem treinado e, logo, mais produtivo. Mas não muda a qualidade da sociedade e nem arrisca deixar de ser apenas um instrumento na feitura de um “país rico”. Que deu mais um passo no mercado, um maior consumidor. O saber a língua, o saber da língua na língua, daria ao sujeito um passo na direção de sua não alienação, na direção de ser capaz não só de formular como reformular e resignificar sua relação com a língua e com a sociedade. Início de sua possibilidade de resistência. Com a capacitação, o treinamento, ele é um eterno repetidor. Um autômato de uma empresa, na melhor das hipóteses, se for considerado “capacitado” após um “treinamento”. Ou, pior que isso: habilitado, e a habilitação não implica relação com conhecimento mas com o treinamento: sujeito treinado=sujeito habilitado, segundo o que penso. É esta a nova economia da escola, em geral, a da não reprovação (Orlandi, 2013, p.12).

A Revista Educação Física, número 08/agosto de 2003 relata que uma série de instrumentos legais visa dar garantias às pessoas com deficiência, havendo leis específicas por tipo de deficiência. No geral, a Constituição Federal de 1988 lhes assegura a plena inserção na vida econômica e social e o total desenvolvimento de suas potencialidades. Foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência CORDE, órgão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e instituída a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas. Posteriormente, o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidou as normas de proteção e definiu explicitamente quem se enquadra em cada tipo de deficiência.

Orlandi (2013, p.17) diz que “face a essas reflexões e à educação, nossa posição, ao propor a formação dos sujeitos, visa não reproduzir o discurso da inclusão, que objetiva transformar o dominado, o excluído, para adequá-lo às formas dominantes seja da cultura, seja do conhecimento, seja da classe social”. Orlandi ainda relata que esta “transformação e ruptura devem vir juntas. Não se trata, tampouco, de inserir o não inserido, ou integrar o não integrado (os apocalípticos?), ou seja, não visamos falar do lugar em que a gestão pública se coloca como lugar do assistencialismo, do multiculturalismo, do comunitarismo, do integracionismo.”

Isto significa que estes sujeitos devem, em sua formação, poder movimentar-se, transformar-se à sociedade de que são parte.

3.4 – Viva Essa Energia. A Música que Contagia

Os atletas do Pan e Parapan Rio 2007, ao chegarem à Vila Olímpica, eram recebidos ao som da música Viva Essa Energia. Uma música que contagiava todos que ali chegavam.

A seguir a letra da música para ser analisada:

Viva Essa Energia

No dia em que o céu beijou o mar

Fazendo a cama pro sol deitar

A noite veio cobrindo devagar

Com seu manto de luar

Ali foi gerado o novo dia

Trazendo pra terra a energia

Dando vida nova ao novo mundo

Ao som do mar e à luz do céu profundo

Viva essa energia

Viva essa energia

Todo mundo junto

Pra jogar

Viva essa energia

Viva essa energia

Todo mundo junto

Pra pular

Viva essa energia

Viva essa energia

Todo mundo junto

Agora pra vibrar

Viva essa energia

Viva essa energia

Todo mundo junto

Como o céu e o mar

Branços de uma tribo anglo-saxã

Bárbaros ibéricos e filhos de tupã

Incas e astecas, ianomâmis e tupis

Comanches pataxós, apaches guaranis

Ketu e angola, jeje nagô e iorubá

Gente do oriente, filhos de alah

Todos vieram à beira da praia pra saudar

O amor de guaracy e iemanjá

(Refrão)

As matas no vento em movimento

Onça, tucano, macaco e arara

Circula a energia no ar todo dia

Banhando a baía de guanabara

As ondas do mar quebrando na areia

Ao ritmo swing do sangue na veia

De homens, mulheres, que vêm aos milhares

De tantos lugares, de tantas aldeias

(Refrão)

Arnaldo Antunes & Ana Costa

Ao analisar a letra da música observa-se que a melodia soa, a todo tempo, viver em alegria. A alegria que movimenta o viver, o esporte, os atletas, a Vila Olímpica, a cidade do Rio de Janeiro e principalmente o Brasil. Energia vinda de todos os lugares. Mas não é qualquer alegria é “essa” alegria. E a que remete este “essa”? Remete ao estar junto, independente de suas deficiências e compartilhar a energia que cada um possui dentro de si, de tantos lugares, de tantas aldeias. Juntos como o céu e o mar. Em harmonia.

O refrão Viva Essa Energia repete várias vezes enfatizando sempre o movimento da vida, ou seja, viver a alegria de estar participando deste evento de grande importância que aconteceu no país e destacar como o número de atletas paralímpicos vem crescendo cada vez mais e ganhando significado no esporte.

Ao mesmo tempo, vemos que esse “todo” se refere ao planeta, aos diferentes povos, diferentes aldeias, diferentes religiões. Homens e mulheres. Todo mundo junto. Esta forma de dizer significa a união e a igualdade de todos. No entanto, fica sem dizer quem são estes que

cantam: os sujeitos dessa canção. Os que vivem juntos o Parapan: pessoas com deficiência. Que não são nomeados nesta profusão de seres em suas diferenças. Este silêncio soa em sua ambiguidade: não se fala deles porque são considerados iguais entre homens e mulheres, ou aí está silenciado o que realmente faz a diferença? “Todo mundo junto” significaria, sem dizer, que este todo mundo inclui o que está silenciado? E por que então fica sem ser nomeado?

A música, um samba-exaltação saudando a cultura brasileira, foi composta por Arnaldo Antunes. Uma melodia simples que caiu no gosto popular com o objetivo de, como repete varias vezes o refrão, Viva essa Energia, viver no e o esporte fazendo com que as modalidades esportivas existam, independente se os atletas possuem ou não algum tipo de deficiência. A “energia” de colocar em movimento, dar força, vigor, firmeza para competirem e transformar o esporte. Transmitir, através da palavra “jogar” o sentido de respeito às regras e ao próximo, independente de sua dificuldade, para mostrar que em uma disputa entre adversários haverá sempre um ganhador e um perdedor. A palavra “pular” busca em todo o momento demonstrar a força de vontade de crescer, melhorar, agitar cada dia mais as modalidades esportivas e dos que não sentem suas pernas, em chegar cada vez mais longe no esporte para alcançarem seus objetivos como atletas paralímpicos.

É assim que todos os atletas do Pan e Parapan se sentiam ao ouvirem a música “Viva essa Energia” quando chegavam à Vila Olímpica. O coração vibrava, acelerava e as cores do céu e mar, azul, buscavam, em todo momento, significar tranquilidade, serenidade e harmonia entre todos que por ali passavam.

Fica por saber o que esta experiência muda nestes atletas. O que eles carregam “dessa energia” para o seus cotidianos, que não são o preparado pelo Parapan, sem música, sem tema. E, mesmo no espaço em que vivem a experiência do Parapan, que distâncias estão postas no sentido de “pular”, “jogar”, “vibrar”, dependendo de como está sendo significado

“todo mundo junto”. Junto no mesmo lugar ou junto na vida, na sociedade? Essas questões, no entanto, só podem ser feitas porque a experiência do Parapan se realiza para este conjunto de atletas que podem participar, juntos, com suas deficiências. E isto lhes dá já a possibilidade de significá-las e significar-se de outras maneiras na vida e na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática esportiva também ajuda num mundo melhor com tudo de bom que traz para nós: saúde, autoestima, espírito de equipe, objetivos, entre outros atributos que com certeza, vem junto com o esporte. (GUSTAVO BORGES)

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos (ORLANDI, 1996, p.9).

Aprendemos muita com a vida. Todas as mudanças em relação a “conceitos” adquirimos ao decorrer dos anos. Os modos os quais agimos e pensamos vivem em constantes mudanças e a cada mudança um diferente significado. Aprendi muito sendo voluntária nos Jogos Pan e Parapan Rio 2007 e, com toda certeza, o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem enriqueceu ainda mais o meu aprendizado e a minha forma de conceituar o Discurso da Inclusão de Atletas com Deficiência nos Jogos Paralímpicos e no Desporto Brasileiro (TATIANE FREITAS DE SOUSA, autora da Dissertação, 2014).

A presente dissertação de mestrado, intitulada **O Discurso da Inclusão de Atletas com Deficiência nos Jogos Paralímpicos e no Desporto Brasileiro** constitui-se em uma tentativa de mostrar discursivamente as falas e formas de incluir atletas com deficiência nas paralimpíadas e no desporto brasileiro através de diversas modalidades esportivas.

A formação discursiva da inclusão de atletas com necessidades especiais faz com que os atletas paraolímpicos destaquem-se cada vez mais não só no Brasil, mais em quase todos

os países do mundo. Pois, antes, o esporte brasileiro era responsável por um discurso, o discurso de que somente pessoas sem nenhum tipo de necessidades especiais, as chamadas perfeitas, eram aptas a praticar modalidades esportivas e competir em olimpíadas. Hoje, o discurso em relação ao desporto ganhou outro significado, o de ser praticado por todos. O esporte vem surpreendendo cada vez mais nas paralimpíadas. O número de atletas competindo cresce cada vez mais e cada vez mais vem ganhando significado na mídia, ou seja, ganhando espaço nos meios de comunicação.

Outra questão importante a ser considerada é a necessidade da acessibilidade. Um fator que está ligado diretamente com a prática esportiva. É o caminho que liga atletas com necessidades especiais ao meio esportivo. A acessibilidade ainda é um fator discutido em muitos lugares públicos. Construções antigas partem para adaptações o que torna o acesso desconfortável para muitos. Já a lei atual, para aprovação de edificações, não libera o alvará de funcionamento do estabelecimento (comércio ou público), caso este não esteja adequado às normas de acessibilidade.

A presente dissertação permitiu demonstrar um pouco do que acontece em um evento paralímpico. Pelo fato de ter sido voluntária dos Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007, pude relatar em meu trabalho algumas observações em relação ao espaço físico em que tange a questão do acesso no local definido como Vila Olímpica ou Cidade Olímpica. Como dito no decorrer da dissertação o Jogos Olímpicos uniram-se com os Jogos Paralímpicos. Daí o nome de paralímpico, ou seja, paralelo às olimpíadas. Os Jogos Paralímpicos sempre acontecem após os Jogos Olímpicos. Por ser um evento que está ganhando lugar na mídia recentemente, os Jogos Paralímpicos recebem um número menor de participantes comparado aos Jogos Olímpicos, motivo pelo qual muitas vezes a questão do acesso deixa a desejar.

Pude observar que há um interesse maior das pessoas pelos Jogos Olímpicos, o que acarreta a exclusão desses cidadãos com necessidades especiais participantes dos Jogos

Paralímpicos. Digo isso pelo fato de ter sido voluntária do Pan e Parapan e observei que a Vila Olímpica, onde trabalhei, possuía um número bem maior de voluntários interessados em trabalharem no Pan. Via voluntários espalhados por toda a Vila, em todos os lugares e até mesmo nas ruas observava um número bem maior de voluntários uniformizados. Quando o Pan terminou, muitos voluntários voltaram para suas casas e nem lembraram que em seguida aconteceria um evento tão importante quanto o que participaram. Foi exatamente ali, quando começou o Parapan, que observei a falta de interesse dos voluntários pelo Parapan. Uma grande decepção para mim, pois a Vila encontrava-se vazia, com pouquíssimos voluntários.

Este trabalho busca refletir e propor sentidos para o que seja incluir discursivamente atletas com necessidades especiais no esporte. É importante lembrar que a inclusão deve sempre existir em todos os lugares, digo em relação ao acesso, no meio social, nos meios de comunicação, enfim, todos têm os mesmos direitos, independentemente da diferença. Acredito que é através do esporte que podemos começar a transformar muitos fatos relacionados ao discurso da inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade. Vejo o esporte como sendo um dos meios mais significantes para acabarmos com a segregação de sujeitos sociais que são mantidos à margem e é através dele que iniciaremos a prática de outros sentidos de inclusão no meio social.

Considero-me uma pessoa privilegiada por ter trabalhado nos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos Rio 2007, pois a experiência que obtive contribuiu muito para repensar a questão do discurso da inclusão de pessoas com necessidades especiais no esporte brasileiro. Este trabalho permitiu-me dissertar um pouco sobre a experiência que adquiri trabalhando como voluntária de um evento tão importante que marcou a história do nosso país e a minha vida como Profissional em Educação Física. Finalmente, e não menos importante, permitiu-me reconhecer, observar, e procurar compreender a importância do

discurso da inclusão, agora repensada por esta análise, de atletas com necessidades especiais nos Jogos Paralímpicos e no desporto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas. Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.** ABNT NBR 9050:2004

CASTELLANI, Filho, Lino. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta.** 5ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO. **Estatuto Social.** Rio de Janeiro, 2013.

COSTA, Greciely Cristina da. Discursividades de Inclusão e a Manutenção da Exclusão. In: FERREIRA, E. L; ORLANDI, E. P. (org.). **Discursos sobre a inclusão.** Niterói: Intertexto, 2014. p. 89 à 135.

Força Rio 2007. **Manual de Treinamento.** Rio de Janeiro: RJ, 2007.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar e agir.** Corporeidade e educação. 6ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

GONZALES, Nena; MATTOS, Sheyla. Instituto Novo Ser. Transformando Obstáculo em Desafios. **O que é Acessibilidade.** Rio de Janeiro: RJ, 2012.
http://www.novoser.org.br/instit_info_acess.htm. Acesso em 28 de Agosto de 2013.

LOPES, Bruna Bretas. **Educação Física**. Ensino Médio. TELECURSO 2000. SESI/FIENG. 2012.

MASSMANN, Débora. Acessibilidade: Sentidos em Movimento. In: FERREIRA, E. L; ORLANDI, E. P. (org.). **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014. p. 191 à 221.

MEDEIROS, Caciane Souza de. O Discurso da Inclusão pela diferença na relação mídia e sociedade. In: FERREIRA, E. L; ORLANDI, E. P. (org.). **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014. p. 51 à 87.

NIGRO, Fabrício. IBDD Costa Verde (Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos do Cidadão) Instituto Novo Ser. Transformando Obstáculo em Desafios. O que é Acessibilidade. **Exemplos de Falta de Acessibilidade (figuras)**. Rio de Janeiro: RJ, 2012. http://www.novoser.org.br/instit_info_acess.htm. Acesso em 10 de Agosto de 2013.

ORLANDI, Eni, P. Análise de Discurso. **Princípios e procedimentos**. Campinas: SP, Pontes, 2010.

_____ **A Constituição do Sujeito, do Indivíduo, e a Noção de Pessoa: Estado e Ideologia**. (aula 1 produzida por E. Orlandi para o curso da Eliana em EAD/UFJF)

_____ **Cidade dos Sentidos**. Campinas: SP, Pontes, 2004.

_____ **O Discurso. Estrutura ou Acontecimento**. Campinas: SP, Pontes, 2008.

_____ Formação ou Capacitação? Duas Formas de ligar sociedade e conhecimento. In: FERREIRA, E. L.; ORLANDI, E. P. (org.). **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014. p. 141 à 183.

PALLA, A.C. (1997). **Atitudes em relação ao esporte: estudo comparativo entre atletas portadores de deficiências físicas e atletas não portadores de deficiências**. Rio Claro. 46p. Monografia, Universidade Estadual Paulista.

PALLA, A.C. (2001). **Atitudes de profissionais e alunos universitários sobre a proposta de inclusão. Dissertação de mestrado**. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

PÊCHEUX, Michel (1975). **Semântica e Discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. E. Orlandi. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 1988.

Revista Educação Física, número 08, agosto de 2003. **A Educação Física e os Portadores de Deficiência**. <http://www.confef.org.br/extra/revistaef/show.asp?id=3476>. Acesso em 30 de Setembro de 2013.

RODRIGUES, Eduardo A. SANTOS, Gabriel L. S. BRANCO, Luiza K. A. C. **Análise de Discurso no Brasil**. Pensando o Impensando Sempre. Uma Homenagem a Eni Orlandi. Campinas: SP, Editora RG, 2011.

REVISTA TEMA (2009). Acessibilidade Física e Digital. Revista do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Páginas Verdes. Revista Tema Ano XXXIII – Edição 199, julho/outubro, 2009. Disponível em <http://www4.serpro.gov.br/imprensa/publicacoes/tema-1/antigas%20temas/tema-199/materias/paginas-verdes>. Acesso em 28 dez. 2012.